



TATIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA:
O CASO DE RUANDA**

João Pessoa

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TATIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA:
O CASO DE RUANDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof. XAMAN KORAI MINILLO

João Pessoa

2017

A345p Albuquerque, Tatiane Souza de.

Participação Feminina na Política: o caso de Ruanda / Tatiane Souza de Albuquerque. – João Pessoa, 2017.
74f.

Orientador(a): Profª Msc. Xaman Korai Pinheiro Minillo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) –
UFPB/CCSA.

1. Ruanda. 2. Participação Política. 3. Empoderamento Feminino. I.
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:327(043.2)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,5, o Trabalho de Conclusão de Curso

“Participação Feminina na Política: o caso de Ruanda”

Elaborado por

Tatiane Souza de Albuquerque

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ma. Xaman Korai Pinheiro Minillo - UFPB

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira - UFPB

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes - UFPB

João Pessoa, 04 de dezembro de 2017.

RESUMO

Depois do conhecido genocídio de 1994 em Ruanda, o país atualmente vem ganhando visibilidade nas discussões sobre representatividade feminina devido aos seus indicadores positivos de igualdade de gênero. A partir das perspectivas feministas das Relações Internacionais, o debate sobre gênero nos países africanos vem conquistando notoriedade. Após realizar análises de documentos oficiais de Ruanda, artigos acadêmicos, livros e demais fontes eletrônicas, foi possível perceber que, ainda que o país seja mais reconhecido no meio internacional pelo recente conflito, Ruanda tem se recuperado por meio de iniciativas que partem desde mudanças na estrutura política até os movimentos sociais. As mulheres são peças fundamentais para a reconstrução do país, contribuindo por meio do *peacebuilding* que é incentivado em diferentes órgãos de tomada de decisão e outras organizações civis. Tal fato gerou uma série de discussões acerca do tema ‘gênero’, abarcando pensamentos teóricos pós coloniais e feministas das Relações Internacionais. Com isso, o presente trabalho irá analisar a participação das mulheres no parlamento de Ruanda, levantando questões sobre as noções de democracia no país e a importância da implementação de políticas de incentivo como meio de se promover a igualdade de gênero. Também tentar-se-á buscar possíveis justificativas e consequências desta recente postura de incentivo à participação das mulheres na política ruandesa.

Palavras-chave: Ruanda; empoderamento feminino; participação política.

ABSTRACT

Following the 1994 genocide in Rwanda, the country has been gaining visibility in the discussions on female representativeness and its positive indicators of gender equality. From the African and feminist perspectives of International Relations, the gender debate in African countries has gained more prominence. After performing documentary analyses of Rwanda's official texts, academic articles, books and other electronic sources, it is possible to realize that, although the country is internationally known due to the recent conflict, Rwanda has recovered through initiatives starting from changes in the political structure to social movements. Women are key pieces in the reconstruction of the country, and contribute through peacebuilding which is encouraged by different decision-making bodies and other civil organizations. This fact has generated discussions about 'gender', encompassing postcolonial and feminist theories of International Relations. This monograph will analyse the participation of women in the Rwandan parliament, raising questions about democracy in Rwanda and the importance of incentive policies implementation as a means to promote gender equality. It will also try to find the underlying causes and consequences of this recent political shift in Rwanda promoting the participation of women in politics.

Key Words: Rwanda; women's empowerment; political participation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 UMA ANÁLISE FEMINISTA.....	13
2.1 Panorama das Abordagens Feministas.	13
2.2 A importância dos Estudos de Gênero aplicado ao caso de Ruanda.....	20
2.2.1 <i>Gênero e Estudos para a Paz</i>	24
3 POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO FEMININA EM RUANDA	30
3.1 Um Contexto Conflituoso: da Colonização à Guerra Civil.	30
3.1.1 <i>A Guerra Civil e o Genocídio</i>	32
3.1.2 <i>O Governo de Transição</i>	34
3.2. Participação Política Feminina após a Independência.....	35
4 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA RUANDESA PÓS 1994.....	40
4.1 O Sistema Político e as relações de Gênero em Ruanda	45
4.2 Democracia em Ruanda.....	49
4.2.1 <i>Política de Cotas</i>	56
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.	66

EPÍGRAFE

“Compreender as coisas que nos rodeiam é a melhor preparação para compreender o que há mais além.”

Hipátia de Alexandria

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EDPRS	Desenvolvimento Econômico e Estratégia de Redução da Pobreza
FPR	Frente Patriótica Ruandesa
GNU	Governo de Unidade Nacional
MDR	Movimento Democrático Ruandês
MIGEPROF	Ministério do Gênero e da Promoção Familiar
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
PNT	Parlamento Nacional de Transição

1 INTRODUÇÃO

Depois de ter sido palco de um dos piores genocídios da história há pouco mais de vinte anos, desta vez Ruanda vem se destacando por um ponto positivo: a participação das mulheres na política de seu país, que chega a mais da metade das cadeiras do Parlamento.¹ Tal resultado surgiu a partir das eleições parlamentares de 2008, quando as mulheres chegaram a compor 56,3% das cadeiras parlamentares, enquanto que a média mundial na época era de 18%.²

A nível global, as mulheres ainda são discriminadas e sub-representadas em posições de liderança em qualquer esfera pública. De acordo com os dados da ONU³ de 2015, a média mundial de participação feminina no parlamento é de 22%. Tal situação ocorre mesmo diante do direito de participação igual em sociedades ditas democráticas, por exemplo. Essa discrepância entre participação feminina e masculina na esfera pública é fruto de uma cultura patriarcal enraizada, que não valoriza a capacidade feminina como equivalente à capacidade masculina. Ainda por ser uma variável pouco trabalhada, mas também por ser alvo de discussões mais recentes, o gênero chama a atenção na medida em que atua na percepção das diferentes relações de poder entre homens e mulheres. Nesse sentido, o exemplo prático de Ruanda aborda temas marginalizados no campo de estudo acadêmico das Relações Internacionais.

Partindo deste ponto de vista, estudar as mulheres envolve também estudar os homens, dado que ambos coexistem no sistema, e anular um em detrimento do outro implica desconsiderar as influências inerentes dessa relação.⁴ Como afirma Scott, o termo gênero implica numa construção social, em definições do que é masculino, do que é feminino e nas relações assimétricas de poder “que são confirmadas e construídas na economia e na política através das várias estruturas institucionais que tem o efeito de naturalizar e até mesmo legalizar o status da mulher como inferior”.⁵

¹ STAYCEY, Justine. **Women Empowerment and Development: The Contribution of Parliamentary Gender Quotas and the Case of Rwanda**. Nova Scotia, 2013.

² UN Coherence & You, 2010 S.D. Disponível em: <[https://www.unicef.org/unreform/Handy_Guide_FINAL\(1\).pdf](https://www.unicef.org/unreform/Handy_Guide_FINAL(1).pdf)> último acesso em 31/10/2017

³ Women in Politics, 2015 s.d. Disponível em: <<https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2016-07/women-in-politics-2015>> último acesso em 31/10/2017

⁴ SCOTT, Joan W. **A Useful Category of Historical Analysis**. *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5.1986, P. 1053

⁵ Ibidem

Durante a transição política e social no período pós-genocídio, Ruanda passou pela adoção de novas medidas que foram criadas para incentivar a participação feminina nas estruturas de liderança em diferentes níveis, uma vez que foram responsáveis por boa parte da reconstrução do país. Depois de fazer um plano estratégico, desenvolvido em meados de 2005⁶ por meio da Política Nacional de Gênero⁷, o país revelou se preocupar com a melhoria das questões referentes ao gênero através da preparação e construção de um suporte institucional e organizacional que permita uma prática política mais igualitária. Assim, Ruanda aparece em destaque com seus 63.8% de participação feminina nos parlamentos. Por se tratar de um país considerado pouco desenvolvido, - e por pertencer a um continente 'colonizado' - é raramente lembrado como um emblemático exemplo nas discussões sobre o tema, sendo este caso importante na medida em que promove a revisão e questionamento de tais preconceitos. Nesse sentido, a participação política das mulheres torna-se um indicador chave do qual a comunidade internacional se serve para medir a boa governança e o processo de democratização.

Após o genocídio de 1994, as mulheres tornaram-se a maioria da população, sendo levadas a trabalhar não só dentro de suas casas, mas também nos papéis de liderança. E nesse sentido, tal acontecimento foi sendo firmado ao longo dos anos, reforçando essa inclusão desde a modificação do sistema educacional até o próprio empoderamento social feminino no cotidiano. A participação política das ruandesas tem sido promovida pela nova Constituição, que vem gerando cotas como um reflexo da sensibilidade para com as questões de gênero e inclusão, aliadas ao apoio de uma série de aparatos institucionais que garantem o espaço e o preparo destas mulheres.

As perspectivas feministas vão questionar a estrutura desigual das sociedades.⁸ Com isso, Biroli (2014) indaga se para promover uma sociedade mais igualitária, em termos de gênero, bastaria insistir apenas nas discussões acerca dos valores de uma sociedade e da compreensão dos papéis de gênero, ou é preciso ir além, propondo algo que resultasse efeitos mais concretos. É inegável que houve um avanço da agenda feminina nos últimos anos, no entanto é imprescindível continuar a luta por uma mudança social profunda. Nesse caso, há uma preocupação política acerca da igualdade de gênero que foi incorporada pela própria

⁶ UN Coherence & You, 2010 S.D. Disponível em: <[https://www.unicef.org/unreform/Handy_Guide_FINAL\(1\).pdf](https://www.unicef.org/unreform/Handy_Guide_FINAL(1).pdf)> último acesso em 31/10/2017

⁷ Republic of Rwanda, 2010 s.d. Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/rw/rw033en.pdf>> último acesso em 31/10/2017

⁸ MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Autonomia, Dominação e Opressão**. Apud: Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. cap. 7

constituição ruandesa bem com ratificado em instrumentos internacionais. Portanto, aqui o objetivo é traçar o progresso da questão da igualdade de gênero desde a independência do país, destacando elementos que foram essenciais para os resultados ótimos mais recentes do período pós-genocídio.

Tal estudo trará maior lucidez e informações a respeito de um Estado pequeno, marginalizado, pertencente ao continente africano, procurando mostrar o empoderamento na esfera pública e privada das mulheres ruandesas, levando as abordagens pós coloniais e feministas das Relações Internacionais à frente dessas discussões. Além disso, espera-se contribuir para os estudos africanos à luz destes debates teóricos, trazendo novas formas de enxergar os fenômenos internacionais. Portanto o estudo procura repensar a relação entre o grau de desenvolvimento de um Estado e bons indicadores de igualdade de gênero que tradicionalmente estão coadunados no campo de estudo das Relações Internacionais.

Neste presente trabalho serão desenvolvidas questões relacionadas à ocorrência do genocídio de 1994, bem como questões relacionadas às diferentes etnias presentes no território ruandês desde o surgimento do Estado até os dias atuais. Por meio de documentos constitucionais, artigos e outras fontes eletrônicas. Será feita uma seleção de leituras e observação a partir de análises documentais.

A pesquisa também será de teor qualitativo e quantitativo a partir de dados numéricos estatísticos para fazer comparações históricas, com observações e análise de conteúdo, percepções, dentre outros. O trabalho propõe uma leitura do comportamento político do Estado em relação às mulheres desde o genocídio até os dias atuais, aplicando as abordagens Feministas das Relações Internacionais. Além disso, visa também ressaltar a importância de se estudar as dinâmicas da políticas de cotas de gênero, tendo Ruanda como caso estudado. O caso também será sucintamente relacionado aos Estudos de Paz, haja vista a existência de um sistema patriarcal que gera diferentes formas de violência, seja ela direta ou indireta.

2 UMA ANÁLISE FEMINISTA

2.1 Panorama das Abordagens Feministas

Ao longo de nossa história, é possível observar maior apropriação do poder político e de liderança pelos homens, ganhando maior visibilidade e poder de escolha. Essa forma de submissão das mulheres a tal relação de dominação, violência e ausência de muitos direitos são questionados pelas perspectivas feministas, afirmando que tal condição é fruto de um construto histórico dado pelas relações desiguais na sociedade. Para tanto, é preciso analisar cada conjuntura e cada elemento que compõe a estrutura político-social, além da compreensão da própria identidade. Isto é, reconhecer quem tem poder e visibilidade, e quais condições materiais foram fixadas e estabelecidas.⁹ As relações de gênero são construídas ao longo da história e para tanto é preciso analisar as relações estabelecidas socialmente, evidenciando sua dinâmica. É através da cultura, pressupostos socioestruturais e iniciativas individuais que se definem as relações de gênero.¹⁰ Com isso há maior fluidez na compreensão dos papéis de gênero na sociedade como socialmente construídos, podendo ser redefinidos.¹¹

Segundo Sylvester (1994), as perspectivas feministas surgiram na década de 1980, não obstante, continuam recebendo pouca atenção na esfera da política internacional.¹² Por isso a importância de insistir em novos estudos que agreguem à estas perspectivas, validando-as enquanto categoria de análise. E por se tratar de uma abordagem recente e ampla é possível identificar muitas dificuldades em aceitar a legitimidade de tal perspectiva na qual a identidade de gênero - abordagem até então não reconhecida pelas teorias dominantes -, torna-se o centro das discussões nos estudos das RI.¹³ De acordo com Scott (1986),

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Durante os últimos anos, livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres, substituíram em seus títulos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que se referindo vagamente a certos conceitos analíticos,

⁹ SANTOS, Silvana Mara de Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas Relações de gênero na Sociedade do Capital: Limites, Contradições e Avanços.** Ver. Katál. Florianópolis v. 13 n.1, 2010. P.12

¹⁰ Idem, **o pensamento da esquerda e a política de identidade:** as particularidades da luta pela liberdade de Orientação Sexual. P. 333

¹¹ Ibidem, P.12

¹² SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era.** 1994

¹³ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais;** correntes e debates. Editora Campus, São Paulo, 2005. P.222

trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se à terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que poderia ser chamado de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos '80.¹⁴

A violência crescente contra as mulheres só foi alvo de atenção dos estudiosos a partir da década de 1990, quando alguns eventos aconteceram, repercutindo no âmbito internacional. Isto é, mulheres sendo vítimas apenas por serem mulheres. Com isso, a academia teve sua atenção voltada a necessidade de se falar sobre as relações de poder a partir dos termos de gênero. Scott ainda afirma que:

Gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior.¹⁵

As teorias construtivistas tiveram grande participação na consolidação das perspectivas feministas nas RI, que através dos seus instrumentos analíticos, conseguiram permear o campo das Relações Internacionais levando o debate à questão da identidade e das instituições. Além disso, trouxeram também o conceito de construção social, na qual as feministas convergem no sentido de que o gênero não é predeterminado, mas sim, socialmente construído.¹⁶ Ainda de acordo com Scott (1986):

Os(as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens na análise do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida

¹⁴ SCOTT, Joan W. **A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), p. 1053-1075. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. P. 3

¹⁵ Ibidem, 1986. P.3

¹⁶ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**; correntes e debates. Editora Campus, São Paulo, 2005. P.625

entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.¹⁷

Sobre a relutância da academia de Relações Internacionais em aceitar o estudo de gênero, Tickner ressalta que autores do *mainstream* dizem tratar de relações interpessoais entre homens e mulheres, mas não sobre Relações Internacionais. Além disso, diversos autores tradicionais afirmam que há uma ausência de contribuições por parte das feministas no que diz respeito aos temas da alta política, caracterizando-as como incapazes de resolver problemas reais.¹⁸ Tais autores ainda alegam a neutralidade da disciplina, não enxergando os conceitos de gênero intrínsecos que permeiam todas as esferas da vida pública e privada.¹⁹ Os estudos tradicionais, por exemplo, dizem garantir e defender a segurança de todos os cidadãos, sendo que esta política é discutida e definida apenas entre homens. Com isso, enquanto Ruanda apresenta avanços no quesito de representatividade feminina no parlamento, casos de violência física contra a mulher continuam acontecendo e os registros já chegaram a 56% no país.²⁰ Tal dado nos mostra que assuntos de segurança da alta política nem sempre conseguem solucionar casos de segurança doméstica, necessitando da adoção de medidas internas a fim de incentivar a criação de políticas acessíveis que envolvam a população local, promovendo a segurança a fim de amenizar os recorrentes problemas de gênero. Sem isso, cria-se portanto, uma estrutura que gera insegurança nos cidadãos, cabendo a mulher ser agente de sua própria segurança.²¹

O patriarcado é um termo controverso ainda na própria teoria feminista, segundo Biroli (2014):

Para algumas autoras, trata-se do conceito capaz de ‘capturar a profundidade, penetração ampla (pervasiveness) e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres’. De maneira similar, Carole Pateman julga ser necessário dar um nome unificador às múltiplas facetas da dominação masculina. ‘Se o problema não tem nome, o patriarcado pode facilmente deslizar de novo para a obscuridade, sob as categorias convencionais da análise política. Para outras percepções dentro do próprio feminismo, porém, o patriarcado é entendido como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina. Ele

¹⁷ SCOTT, Joan W. **A Useful Category of Historical Analysis.** The American Historical Review, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. P. 4

¹⁸ TICKNER, J.A. “**You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists.**” International Studies Quarterly, vol 41, n. 04, P. 615

¹⁹ Ibidem, P. 614

²⁰ USAID/Rwanda. “**Rwanda Demographic and Health Survey: 2000 - 2010.**” Ministry of Health, Kigali, 2010.

²¹ Ibidem, P.625

corresponde a uma forma específica de organização política, vinculada ao absolutismo, bem diferente das sociedades democráticas concorrenciais atuais.²²

As feministas apresentam certo pluralismo epistemológico e ontológico, preferindo uma abordagem hermenêutica de base histórica e humanística em oposição às correntes tradicionais da disciplina, positivistas. Além disso, são céticas no que tange ao empirismo metodológico, rejeitando a neutralidade dos fatos.²³ E apesar de gradativa, a inserção das feministas no campo acadêmico de Relações Internacionais ocidentais dois momentos precederam a sua conformação: a primeira geração de feministas, que lutou pelo sufrágio e direito à participação das mulheres no espaço público, especificamente na política; e a segunda geração, que na década de 1970 surgiu com uma nova agenda demandando sua inclusão social.²⁴ A partir da terceira geração, o movimento finalmente toma forma e paralelamente se estrutura a pesquisa acadêmica ajustada à disciplina das RI.

É importante também considerar a conexão entre os graus de abertura dos regimes políticos e o controle dos gêneros. Scott (1986) afirma que dirigentes emergentes legitimam a dominação, a autoridade e a força como características pertencentes ao “homem”, sendo o contrário, a fraqueza e a subversão, relacionados à “mulher”.²⁵ Esta simbologia presente na linguagem acabou permeando as práticas jurídicas e constitucionais, enraizados nas sociedades ocidentais, a partir da proibição da mulher de participar da vida política, da coibição dos trabalhos dignos e igualitários, e da imposição de códigos de conduta na tentativa de enquadrar a mulher no que diziam ser o seu lugar. Dessa forma, entende-se que “essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação do poder.”²⁶

Um exemplo parte dos teóricos políticos do Iluminismo, que eram muito explícitos quando afirmavam que a mulher não era capaz e não deveria ser encorajada a conquista da autonomia e da racionalidade. O expoente filósofo, Kant, acreditava no desenvolvimento da racionalidade como meio de prosperar e formar o caráter moral; no entanto, sua tese se limita ao ponto em que nega a capacidade feminina de conquistar tais proezas. Também foi de

²² MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e a Política**. São Paulo: Boitempo, 2014, cap 1. P. 2

²³ HANSEN, Lene. **Ontologies, Epistemologies, Methodologies**. Gender Matters: A feminist Introduction to international relations. New York: Routledge, 2010. P. 44

²⁴ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**; correntes e debates. Editora Campus, São Paulo, 2005. P. 224

²⁵ SCOTT, Joan W. **A Useful Category of Historical Analysis**. *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075. P. 1071

²⁶ *Ibidem*, P. 1072

encontro à educação das mulheres, tendo como justificativa a inibição do desenvolvimento dos homens.²⁷

A educação das mulheres e das meninas não é apenas importante para a criação de um grupo de mulheres qualificadas para a política. A educação das mulheres é vista como importante na medida em que melhora toda a sociedade pois tornam-se mais propensas a ter famílias melhor estruturadas, mais saudáveis e educadas.²⁸ Em Ruanda antes das mudanças políticas e culturais provocadas pelo genocídio, investia-se mais na educação masculina pela própria expectativa dos pais já que as filhas casariam e sairiam de casa, enquanto os homens permaneceriam investindo na família que o criou.²⁹ Essa discriminação implícita em priorizar a educação masculina foi diminuindo com o tempo como necessidade de melhorar a sociedade, e além disso, incrementar o direito das mulheres.

No que tange o tema da educação feminina em Ruanda, a quantidade de mulheres que conseguem chegar ao exame final da escola primária é menor que a dos homens, principalmente nas zonas rurais.³⁰ E por causa das dificuldades em conseguir entrar em boas escolas do secundário devido aos altos custos, muitas meninas encontram limitações ainda maiores por causa das responsabilidades domésticas e outras preocupações de segurança, obstaculizando seu desempenho acadêmico.³¹ Aceita-se que:

A construção da democracia corresponderia, numa abordagem que busca justamente avançar na politização da teoria política, ao enfrentamento de dois problemas de primeira ordem: a redução da subordinação e a criação de uma sociedade mais democrática. Em outras palavras, seria preciso recolocar o foco na conexão entre “as relações de subordinação civil e os problemas referentes à autonomia e à democratização”. Mas para isso, é necessário desnaturalizar o direito de alguns de governar outros, seja por meio do emprego, seja por meio do casamento ou de outros arranjos nos quais as relações de gênero se definem por assimetrias de recursos e de autoridade (em geral, pela complementariedade entre as duas). Nesses casos, comando e obediência constituem uma ordem ‘natural’. Ganhando distância em relação ao liberalismo, a democracia dependeria de uma igualdade robusta como sua base.³²

²⁷ TICKNER, J.A. “**You Just Don’t Understand**: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists.” *International Studies Quarterly*, vol 41, n. 04, P.617

²⁸ Movimento de Educação das Meninas, n.d.

²⁹ MARTINEAU, 1997 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

³⁰ HUGGINS, A.; RANDELL, S. K. “**Gender equality in education in Rwanda: what is happening to our girls?**” in South African Association of Women Graduates Conference on “Drop-Outs from School and Tertiary Studies: What Is Happening to Our Girls?”, Cape Town, South Africa, 2007. P. 6

³¹ *Ibidem*, s.d.

³² MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: O Público e o Privado**. São Paulo: Boitempo, 2014, cap. 7. P. 2

Portanto, é preciso discutir a divisão sexual do trabalho a partir da ótica da autonomia de homens e mulheres. Desde a juventude, as mulheres se deparam com distintas realidades que envolvem desde a linguagem à própria imposição de padrões de conduta que deveriam seguir, e por isso, apresentam acesso diferenciado à gerência do tempo e também aos recursos, devido, muitas vezes, às experiências de jornada dupla de trabalho na qual se dedicam à gestão das atividades privadas mais intensamente que os homens. Biroli (2014) esclarece que:

Quanto menores são os recursos e os mecanismos públicos para apoiar indivíduos e famílias na tarefa de cuidar dos dependentes, maior é o impacto da dedicação a essa tarefa no exercício de outras atividades, sobretudo daquelas remuneradas, e na construção de carreiras profissionais. Essa questão é central à análise crítica da privatização dos problemas definidos como familiares e das desigualdades que daí decorrem. [...] As desvantagens se acumulam, produzindo maior vulnerabilidade e dependência.³³

As dicotomias hierarquizantes são constantemente ratificadas pela própria sociedade ao longo dos anos, como racional/irracional, universal/particular, público/privado, resultando na legitimação do que é percebido como trabalhos racionais (política, economia e justiça) na forma que desvaloriza as atividades “naturais” (cuidados com a casa, com as crianças), confirmando a ideia da mulher associada aos cuidados da vida privada, impossibilitando sua inserção na esfera pública.³⁴ Assim, como afirma Biroli, as desigualdades estruturais impactam as possibilidades de auto definição, limitando as oportunidades disponíveis para os indivíduos.

Em nossa história mais recente, o “regime democrático tem construído suas ideologias políticas por meio de conceitos de gênero, gerando políticas concretas, como o Estado de Bem-Estar Social, que demonstrou seu paternalismo protetor por meio de leis direcionada às mulheres e crianças.”³⁵ Fazendo um paralelo com o caso estudado, vemos que é possível mudar tal conjuntura. Ruanda, apesar dos seus baixos indicadores de desenvolvimento - como 0,48 de IDH³⁶ e baixo índice de democracia, alcançando 24 de 100,

³³ Ibidem, P. 8.

³⁴ TICKNER, J.A. “**You Just Don’t Understand**: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists.” *International Studies Quarterly*, vol 41, n. 04. P. 621

³⁵ SCOTT, Joan W. **A Useful Category of Historical Analysis**. *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986). P. 1053-1075

³⁶ KNOEMA. **Atlas Mundial de Dados**. Índice de Desenvolvimento Humano. 2014. Disponível em: <<http://pt.knoema.com/atlas/Ruanda/%C3%8Dndice-de-Desenvolvimento-Humano>>. Último acesso em: 23/10/2017.

sendo 100 o índice de maior liberdade³⁷ -, conseguiu impulsionar a participação de suas mulheres na vida pública, gerando impacto nos estudos de igualdade de gênero.³⁸ Esta pesquisa objetiva entender o papel das mulheres no país antes e depois do genocídio de 1994, e identificar possíveis influências da vida privada/pública que as guiaram em direção à uma firme participação política e à uma maior visibilidade. Scott ainda afirma:

Tais pensamentos contribuem no sentido de abrir portas para novos pensamentos sobre as estratégias políticas feministas atuais e posteriores porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça.³⁹

Por fim, é importante sempre rever a história, procurando questionar os aspectos tradicionais que relegam as mulheres a posições de subordinação na sociedade, tanto por meio das experiências subjetivas como também das atividades públicas e políticas.⁴⁰ Finalmente, a análise, motivada pela observação do aumento da participação feminina na política em Ruanda, visa gerar um debate sobre a necessidade de se tratar de assuntos que envolvem gênero relacionados ao desenvolvimento do Estado. Com o estudo da participação das mulheres ruandesas nos âmbitos público e privado, será possível interpretar com base nas óticas feministas das RI, como se configuram os fundamentos que possibilitam tal desempenho no país, a fim de problematizar aspectos fundamentais, como o seu comportamento político na formulação de estratégias para a promoção da igualdade de gênero e, por conseguinte, do desenvolvimento social. E como sugerem as perspectivas feministas, é preciso insistir nos debates que tenham o gênero como centro, considerando que a compreensão do tema é a melhor forma de superar preconceitos e a ausência de diálogos, buscando construir uma sociedade mais pacífica por meio de bases sólidas para as gerações futuras.

³⁷Freedom House. **Freedom in the World 2017**. Rwanda. Disponível em: < <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/rwanda>> último acesso em 07/11/2017

³⁸KNOEMA. Op. cit. **Índice de Democracia**. 2015. Disponível em: < <http://pt.knoema.com/atlas/Ruanda/%C3%8Dndice-de-democracia>>. Último acesso em: 23/10/2017.

³⁹SCOTT, Joan W. **A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. P. 29

⁴⁰TICKNER, J.A. “**You Just Don’t Understand**: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists.” International Studies Quarterly, vol 41, n. 04. 1997. P.611-632.

2.2 A importância dos Estudos de Gênero aplicado ao caso de Ruanda

A maioria das pessoas empobrecidas em todo o mundo são mulheres.⁴¹ 60% dos trabalhadores familiares em todo o mundo são mulheres, no entanto ganham 17% menos que os homens. Além disso, as meninas são mais propensas a não estar na escola do que os meninos.⁴² O analfabetismo é um problema por muitas razões. As mulheres são desproporcionalmente representadas entre os analfabetos em todo o mundo - o índice mundial é de 87% de homens alfabetizados contra 77% de mulheres alfabetizadas, havendo diferenças acentuadas entre cada continente. O analfabetismo é principalmente resultado da pobreza e da falta de acesso às instituições educacionais.⁴³ No entanto, as maiores taxas de analfabetismo entre as mulheres indicam que há também um viés de gênero na educação. O analfabetismo é um dos maiores problemas para as mulheres pois impede sua capacidade de ter noções de direito e justiça, aumenta sua dependência dos homens, mantém sua posição na esfera doméstica e limita suas oportunidades econômicas.⁴⁴ Assim, argumenta-se que as cotas são necessárias devido aos níveis educacionais desiguais entre os gêneros, uma vez que as mulheres e os homens são educados de maneira desigual, impossibilitando a competição justa por posições políticas.⁴⁵

No norte global, a educação mostrou ser um indicador da representação das mulheres porque faz com que mais mulheres se interessem pela política e participem das eleições, além de lhes dar as habilidades necessárias para fazê-lo. Dito isto, a nível transnacional, não há evidências suficientes para apoiar a ideia de que os níveis de educação podem prever a participação política. Da mesma forma, as mulheres na força de trabalho assalariada são as mais politicamente ativas porque experimentam um impulso de confiança e alguma independência dos homens. As habilidades adquiridas na força de trabalho são inestimáveis, como ser capaz de supervisionar outras pessoas. No entanto, na África Subsaariana, o emprego das mulheres no setor formal é baixo; A maioria está nos setores

⁴¹ SEAGER, J. **The Penguin Atlas of Women in the World**. 4th Edition. Penguin Books, 2006.

⁴² GOETZ, A.M., Cueva-Beteta, H., Eddon, R., Sandler, J., Doraid, M., Bhandarkar, M., Anwar, S. & Dayal, A., **Who Answers to Women? Gender & Accountability United Nations Development Fund for Women**, 2009.

⁴³ KANTENGWA, M.J. **The Will to Political Power: Rwandan Women in Leadership**. *IDS Bulletin*, 41(5), 2010. P. 72–80

⁴⁴ SEAGER, 2003 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

⁴⁵ MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016, P. 98

informal ou agrícola. Neste caso, verifica-se que o acesso das mulheres à educação e à participação na força de trabalho não são determinantes da representação das mulheres, como são nos países industrializados.⁴⁶

Apesar de todo esse impulso visto no país após 1994 em implantar um panorama de igualdade de gênero, Ruanda ainda precisa de muitos avanços em diferentes esferas da sociedade. A desigualdade de gênero em Ruanda ainda é um problema aparente na vida privada. No quesito educação, as mulheres apresentam 97% de participação na educação primária, enquanto que, no ensino secundário, este número cai para 13%.⁴⁷ Como consequência, as ruandesas se deparam com maiores limitações devido às altas exigências do ensino superior, que junto às atividades da gerência doméstica – ocupação majoritariamente feminina –, fazem com que as mulheres desistam de continuar os estudos.⁴⁸

Segundo Scott, gênero é um elemento constitutivo das próprias relações sociais que são fundadas sobre as divergências percebidas entre os sexos, além de ser também, um modo primordial de dar valor e significado às relações de poder.⁴⁹ Para as teorias feministas essas duas proposições estão intrinsecamente relacionadas. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre as mudanças nas representações de poder. No entanto, a direção dessa mudança não segue necessariamente um único sentido.⁵⁰ As diferenças entre os sexos estão presentes desde os primórdios em distintos discursos ao longo da história, no entanto, apenas na modernidade foi possível notar a real importância dos estudos de gênero, sendo este um objeto de análise relativamente recente. Assim, estudar as mulheres não implica em excluir os homens, uma vez que ambos coexistem no sistema, e é importante considerar as influências inerentes dessa relação.⁵¹

Com o crescente aumento da violência contra as mulheres a partir da década de 1990 no mundo, maior atenção foi voltada a necessidade de se falar sobre as relações de poder a

⁴⁶ KUNOVICH et al., 2007; YOON, 2004 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

⁴⁷ RWANDA GIRLS INITIATIVE. **Educate Girls in Rwanda**. Disponível em: <http://rwandagirlsinitiative.org/educate_girls_rwanda>. Último acesso em: 04/11/2017.

⁴⁸ Rwanda Girls Initiative, op. cit. s.d.

⁴⁹ SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. P. 71- 99

⁵⁰ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: revisitando o debate**. Pisc. Clin., Rio de Janeiro, vol. 17, n.2, 2005. P.41- 52

⁵¹ SCOTT, Joan W. **A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), P. 1053-1075

partir dos conceitos de gênero.⁵² Historicamente, o conceito de gênero busca encontrar as maneiras pelas quais o mesmo se legitima e se constroem nas relações sociais. Em sua compreensão, é importante saber em qual contexto surge, já que provém de construções sociais na qual a política e o gênero se co-constituem, dando um enfoque adequado ao caso.⁵³ Nesse caso, a política pode servir como base para uma análise histórica, apresentando as questões de gênero como seu objeto de estudo. Segundo Biroli e Miguel (2014),

As desigualdades entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem diferenciada dos dois sexos; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes.⁵⁴

A oposição binária igualdade/diferença também é discutida por Scott, que defende a desconstrução do mesmo. Tal oposição binária, teorizada por Derrida, conduz uma discussão no sentido de que a mesma obscurece a interdependência dos dois termos, uma vez que a igualdade não significa a ausência de diferença e a mesma não impede a igualdade.⁵⁵ Assim, é possível dizer que os seres humanos nascem iguais perante a lei, mas diferentes entre si, e que essa igualdade reside na diferença. Deste modo, surge uma nova diferença, a *diferença múltipla*, como uma alternativa ao binômio da igualdade/diferença.⁵⁶

Levando isso em consideração, os primeiros passos do movimento feminista na luta pela igualdade foi ficando cada vez mais latente. Apenas com os estudos mais recentes, pós década de 70 que o debate centrou nas questões dessas diferenças. De acordo com os debates subsequentes, Araújo argumenta que “passou-se então a falar de *diferença cultural, cultura feminina, experiência feminina, reconhecimento da diversidade cultural de gênero* e assim por diante.”⁵⁷ Foi depois disso que instituições internacionais incorporaram esses pensamentos e promoveram os debates sobre gênero trazendo novas perspectivas. Na literatura sobre gênero e política, acredita-se que alguns fatores são identificados em relação

⁵² NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**; correntes e debates. Editora Campus, São Paulo, 2005, P. 222

⁵³ Ibidem, P. 222

⁵⁴ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: O Público e o Privado. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap 1. P. 1

⁵⁵ SCOTT, op. cit. 1986, P. 1053-1075

⁵⁶ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero**: revisitando o debate. Pisc. Clin., Rio de Janeiro, vol. 17, n.2, p.41 – 52, 2005. P.46

⁵⁷ Ibidem.

à participação política a partir de características pessoais como ambição, interesse, conhecimento, recursos tais como tempo e dinheiro, contatos, habilidades e educação de mulheres. Estes são fatores que determinam o quão adequado a pessoa é para exercer cargos políticos. Por outras palavras, a oferta ou disponibilidade de mulheres para liderança política é afetada pela socialização de gênero, que afeta amplamente seu interesse, ambição, habilidades e conhecimento.⁵⁸

A importância desses estudos se dá pelas relações desiguais que se consagram nas sociedades patriarcais. Ao longo da história,

Identifica-se uma maior apropriação pelos homens do poder político, do poder de escolha e de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais. Este é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos. Poder e visibilidade são construtos históricos, determinados na e pelas relações sociais. Em cada conjuntura sócio histórica é preciso, portanto, analisar os elementos de determinação do ponto de vista econômico, político e cultural que incidem na vida cotidiana dos indivíduos e estruturam valores, modos de pensar, de ser e agir. Ou seja, trata-se não apenas de reconhecer quem tem poder e visibilidade, mas em quais condições materiais foram alicerçados e são efetivados.⁵⁹

Nesse sentido, para entender o recente empoderamento feminino em Ruanda no período pós genocídio, é importante, primeiro, entender como essas relações sociais são percebidas e efetivadas entre os indivíduos de uma determinada sociedade, analisando suas idiossincrasias, como elas se organizam e como observam seus próprios valores, direitos e poderes na vida social.

Ruanda parece se destacar na medida em que os objetivos quantitativos estabelecidos para os ministérios e outros departamentos foram alcançados, sendo importante medida também para a transparência e responsabilidade. A qualidade da mudança importa, mas a quantidade importa igualmente.⁶⁰ Em nenhum lugar do mundo, o aumento da representação das mulheres nos parlamentos foi tão rápido como na África

⁵⁸ KUNOVICH et al., 2007 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

⁵⁹ SANTOS, Silvana Mara Morais. OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Revista Katálisis. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11 a 19 jan./jun. 2010., P. 12

⁶⁰ Ibidem.

subsaariana nas últimas nos últimos 30 anos. O número de deputadas femininas aumentou dez vezes entre 1960 e 2003, saltando de um por cento em 1960 para 14% em 2003.⁶¹

Portanto, as perspectivas feministas enfocam nos aspectos do patriarcado, isto é, sistema de dominação masculina referentes às relações de poder e consequente subordinação feminina, e de como estas foram transformadas e construídas historicamente, influenciando os movimentos e estudos feministas em todo o mundo.⁶² É justamente nessa cultura patriarcal que o incipiente governo ruandês implementou um modelo de cotas femininas, visando uma política de mudança estrutural sustentável a longo prazo a fim de promover a igualdade e justiça para as mulheres.

2.2.1 Gênero e Estudos para a Paz

Uma perspectiva que deve ser ressaltada é aquela dos Estudos de Paz. Tanto o Estudo de Paz quanto a igualdade de gênero podem ser implementados conjuntamente uma vez que partilham a agenda para a paz, tornando a teoria da violência um ponto de partida das concepções de ambos os campos de estudo.

Geralmente, segurança nas Relações Internacionais trata-se de questões referentes às *high politics*⁶³, no entanto, hoje em dia entende-se que é preciso levar em consideração a subjetividade da segurança que vai além das abordagens clássicas positivistas.⁶⁴ No caso, o feminismo levanta a importância dos sujeitos marginalizados pelos conceitos clássicos das RI, como as vítimas de estupro em conflitos armados. Além disso, autoras como a Tickner e a Enloe procuram questionar os estereótipos de segurança, como o entendimento de alguém que é protegido e alguém que protege, que acabam legitimando a cultura da violência. Muitos

⁶¹ SCHWARTZ, Helle. **Women's Representation in the Rwandan Parliament**. An Analysis of Variation in the Representation of Women's Interests Caused by Gender and Quota. Suécia, 2004. P.6

⁶² SANTOS, Silvana Mara Morais. OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Revista Katálisis. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11 a 19 jan./jun. 2010. P. 14

⁶³ “As *high politics* são as políticas respeitantes à lei e ordem e à guerra e paz. São tradicionalmente as políticas de segurança e defesa ligadas aos interesses estratégicos dos Estados. Por contraponto, as chamadas *low politics*, são as políticas relativas às vertentes socioeconômicas. Esta divisão entre *high* e *low politics* é tradicionalmente defendida pelos realistas clássicos e parte do pressuposto que as primeiras são mais importantes que as segundas e que os estadistas tendem a ter menos interesse pelas *low politics* do que pelas *high politics*.” Em SOUSA, Fernando. Dicionário de Relações Internacionais. 2005. P.109

⁶⁴ SANTOS, Claudia. **Leitura de Gênero sobre os Estudos de Segurança Internacional**. Conjuntura Global, Vol. 4, n.2, maio/ago., 2015.

problemas de segurança femininos desenvolvem-se na esfera privada, sendo desta forma marginalizados.⁶⁵ Por isso o movimento das mulheres se faz importante na medida em que lança voz de desconstruir discursos de poder.

Estudos de Paz questionam o conceito de violência de forma ampla e analisam como se desenvolvem diferentes tipos de violência. O teórico Galtung (1969) desenvolveu um trabalho interessante sobre violência em sua pesquisa “Violence, Peace, and Peace Research”, no qual apresenta a diferença entre violência pessoal, na qual possui um sujeito, e a violência estrutural, que não possui um sujeito claro, resultando na violência cultural, que legitima ambas as violências ditas anteriormente⁶⁶, tornando possível analisar o diálogo existente entre a violência e os papéis de gênero. Portanto a ênfase nos direitos humanos dentre outras necessidades que se desenvolveram ao longo dos anos, assim como o reconhecimento de violências estruturais e culturais, que podem não ser diretas ou aplicadas contra um sujeito claro, podem ser vistos como um ponto de contato entre a teoria de Galtung e as abordagens feministas.⁶⁷

Os estudos Feministas e os Estudos de Paz partilham a ideia de construção social e de foco nos indivíduos. Apesar das muitas variantes dos Estudos de Paz, há uma visão de partilha do reconhecimento da subordinação social das mulheres, assim como a oposição a essa subordinação e por isso a necessidade de mudança social a fim de eliminar tal subordinação.⁶⁸ Desta forma, a análise *bottom-up* e multidimensional se faz necessária na medida em que se permite maior abrangência de participação.⁶⁹

De acordo com Galtung, para se desenvolver uma teoria de paz, é preciso entender como a violência surge, como ela acontece e se espalha por todos os níveis além de saber por que a violência é usada como um método de resolução de conflito.⁷⁰ Feministas nas RI e em outras áreas das ciências sociais discutem sobre o papel do gênero em conflitos e sobre como as construções sociais são organizadas em categorias hierárquicas e mutualmente exclusivas como nas relações de sub-representação. A perpetuação da violência se dá pela

⁶⁵ BUZAN, Barry e HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012, Cap. 7

⁶⁶ GALTUNG, John. **Cultural Violence**. Journal of Peace Research 27, 1990.

⁶⁷ CONFORTINI, Catia. C. GALTUNG, **Violence, and Gender**: The Case for a Peace Studies/Feminism Alliance. *Pace&Change*, Vol. 31, No. 3, Julho 2006. P. 5

⁶⁸ JOHN, 2006 apud PERDIGÃO, Ana R. R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz**. O caso do Afeganistão. 2012. P. 32

⁶⁹ RASOUL, 2012, apud PERDIGÃO, op. cit. 2012. P. 35

⁷⁰ CONFORTINI, Op. cit, 2006. P.3.

existência das relações de poder/gênero, que se apoia na própria violência para a sua reprodução.⁷¹ A violência não é uma entidade estática, pelo contrário, está em constante adaptação a depender das necessidades e demandas da sociedade. Desta forma, a mesma é sustentada por meio das instituições, práticas e discursos⁷² e se apoia nas dicotomias hierarquizadas de gênero.

Segundo Galtung (1996), o patriarcado acaba sendo uma forma de violência estrutural, sendo o gênero um dos meios por onde a violência pode ser encontrada.⁷³ Portanto o patriarcado acontece de modo vertical, posicionando os homens acima das mulheres, exemplificando uma das formas de violência estrutural e justificando uma das muitas formas de violência contra as mulheres que acabam sendo legitimadas como parte da cultura. Galtung não apresenta uma teoria completa no que diz respeito aos estudos de gênero, uma vez que ele não reconhece muitas das formas que o patriarcado se manifesta, mas reconhece a relevância do enfoque na medida em que regula as relações entre homens e mulheres.⁷⁴

O conceito de poder portanto entra na discussão a fim de questionar as diferentes formas de violência trazidas nessas relações de gênero dentro do sistema patriarcal. Categorias associadas ao feminino acabam sendo menos valorizadas que aquelas associadas ao masculino, na medida em que se promovem dicotomias como a atividade/passividade, racionalidade/emoção, força/fraqueza. Tal dualismo serve para manter as mulheres fora das posições políticas por exemplo.⁷⁵

Os Estudos de Paz ainda demonstram como há discriminação dentro das RI a partir do momento em que se ignoram conflitos que acontecem dentro da esfera doméstica, não considerando estudar tais formas de violência. Com isso é perceptível o descaso dos teóricos *mainstream* de RI, que reproduzem a oposição de gênero entre as esferas públicas e privadas, ignorando a esfera doméstica feminizada. Isso resultou no menosprezo em se estudar diferentes formas de violência contra mulheres em tempos de guerra, por exemplo. No caso de Ruanda⁷⁶, houve muitos estupros dentre outras violências contra as mulheres durante o

⁷¹ Ibidem, P. 23.

⁷² SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era.** (Cambridge, UK: Cambridge University Press), 1994. P.183-184

⁷³ GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means**, 1996. P. 30.

⁷⁴ Ibidem, P. 8

⁷⁵ CONFORTINI, Catia. C. GALTUNG, **Violence, and Gender: The Case for a Peace Studies/Feminism Alliance.** *Pace&Change*, Vol. 31, No. 3, Julho 2006. P.11

⁷⁶ MACKINNON, Catharine. **Crimes of War Crimes of Peace.** On Human Rights. 1993

genocídio, sendo reconhecido pelas feministas como uma das muitas formas de estratégia de guerra.

As pesquisas feministas sobre violência doméstica implicam no reconhecimento de que tal forma de violência é um instrumento utilizado como controle da mulher. Homens abusivos usam a força direta para controlar e prevenir as mulheres de terem acesso à educação, ao trabalho, etc. Ou seja, mais uma forma de construir, perpetuar e reproduzir a violência estrutural.⁷⁷ Desta forma, o maior objetivo do *peacebuilding* - passado os traumas de um conflito - é garantir que não haverá retrocesso, incentivando a manutenção da paz por meio de atores locais engajados. Assim, reerguer as estruturas legais e judiciais do país que possam garantir os direitos humanos é o maior objetivo para se alcançar uma sociedade menos afetada pelos impactos da guerra. Portanto associar os estudos de Paz ao gênero denota caminhar mais perto da justiça, assumindo a necessidade de se estudar as relações de poder e dicotomias existentes na sociedade, visando a igualdade de gênero e por conseguinte, a ausência de conflitos.

A perspectiva de gênero comporta estratégias que suportam o desenvolvimento econômico e social mais igualitário por meio de um processo de avaliação das implicações de homens e mulheres no âmbito legal, político. De acordo com Woroniuk (2012), tal estratégia é operada de duas formas principais: por meio da integração das questões de gênero na política e nos programas; e por meio das iniciativas que possibilitem a equidade de gênero a nível do processo de tomada de decisão, promovendo assim maior envolvimento das mulheres como um requisito basilar na busca pela paz.⁷⁸

Alcançada a igualdade de gênero, conquistar-se-á maior proteção, garantia de direitos humanos, facilitando a construção da paz.⁷⁹ Portanto, é possível ver a participação ativa das mulheres de todas as esferas sociais, com objetivos em comum em busca da reconstrução do país desde o começo do processo de *peacebuilding*. Muitas estratégias foram utilizadas pelas mulheres como método de cessar os conflitos, como a colaboração com as tropas do governo

⁷⁷ CONFORTINI, Catia. C. GALTUNG, **Violence, and Gender**: The Case for a Peace Studies/Feminism Alliance. *Pace&Change*, Vol. 31, No. 3, Julho 2006. P.18

⁷⁸ WORONIUK s.d. apud PERDIGÃO, Ana R. R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz**. O caso do Afeganistão. 2012. P. 39

⁷⁹ *Ibidem*.

em negociar uma rendição mais diplomática.⁸⁰ Exemplo disso foi a campanha iniciada por mulheres ruandesas que queriam convencer seus maridos e familiares a se dissociarem dos movimentos de rebelião e retornarem para suas famílias. Essas mulheres tomaram atitudes de risco pois podiam ter perdido suas vidas.

Segundo Confortini (2006), foi a partir da contribuição de Galtung que o gênero ganhou forma como uma categoria de análise na medida em que entende que a violência produz e define identidades de gênero.⁸¹ Fatores como ter a noção de que o entendimento de gênero vem por meio da construção social e que revela relações de poder além da própria linguagem, denuncia a desigualdade entre os gêneros. Portanto Brock-Utne (2000) caracteriza que a recente mudança de significado do termo “paz”, inclui também a abstenção de violência contra as mulheres. A própria paz implica necessariamente na relação direta entre os níveis macro e micro, sendo a violência direta vista como um meio de controle social – exemplificada em casos de violência doméstica - diretamente conectada à violência estrutural.

Iniciativas internacionais pela igualdade de gênero como a Resolução 1.325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU, demonstram o desenvolvimento da preocupação acerca da necessidade de se envolver mulheres nos processos de paz e de reconstrução de Estados que passaram por momentos de insegurança causadas pelo conflito.⁸² Em tal documento, considera-se que a construção da paz só é possível com igualdade de participação nos processos decisórios por meio de uma perspectiva de gênero.⁸³ Reconheceu-se também que homens e mulheres possuem necessidades e colaborações distintas durante e após a guerra, gerando a necessidade de uma análise de cada situação.

Apesar das discussões teóricas demonstrarem avanços, a prática vem se construindo lentamente, pois ainda notamos desigualdades de acesso à educação, à política, à economia, ao direito. Para que haja mudanças substanciais é preciso haver formulação de estratégias

⁸⁰ IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Woman in Reconstruction**: Experience of Rwanda, 2003. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/Role-Women-Rwanda.pdf>>. Acesso em 19/11/2017.

⁸¹ CONFORTINI, Catia. C. GALTUNG, **Violence, and Gender**: The Case for a Peace Studies/Feminism Alliance. *Pace&Change*, Vol. 31, No. 3, Julho 2006. P. 341

⁸² JOHN, 2006 apud PERDIGÃO, Ana R. R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz. O caso do Afeganistão**. 2012. P.43

⁸³ Ibidem.

políticas e uma forte participação da sociedade civil em prol da conscientização.⁸⁴ Dito isto, Ruanda pode servir de exemplo para mostrar os efeitos das cotas de gênero e o funcionamento do seu sistema político, que conseguiu promover maior igualdade de gênero em seus parlamentos.

⁸⁴ JACK, 2000 apud PERDIGÃO, Ana R. R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz.** O caso do Afeganistão. 2012. P.45

3 POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO FEMININA EM RUANDA

Para compreender melhor a situação mais recente do país, é preciso observar os processos históricos antes e depois do genocídio e suas consequências. O foco temporal no genocídio se dá pela importância que o conflito teve na modificação das estruturas políticas e sociais do país. Com isso, neste capítulo busca-se explicar os principais momentos históricos desde a independência do país até a conhecida tragédia do genocídio de 1994, passando depois para a análise do pós conflito e do período de transição, quando mudanças estruturais e no comportamento da sociedade para com as questões de gênero começam a surgir.

3.1 Um Contexto Conflituoso: da colonização à Guerra Civil

Ruanda localiza-se na região da África do leste central, fazendo fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e a Tanzânia. É um país de dimensões pequenas, sendo a agricultura a forma de produção mais difundida, empregando mais da metade da população.⁸⁵ No século XV, Ruanda preexistiu como um Estado, isto é, uma região bem organizada que havia desenvolvido instituições monárquicas antes da colonização europeia, dispondo de um pensamento político, cultura, costumes e organização socioeconômica.⁸⁶

No período anterior à colonização europeia, a região era dividida em reinos. A população era principalmente segmentada em três grupos diferentes, os tutsis, hutus e twas.⁸⁷ Tais grupos partilhavam alguns aspectos linguísticos e culturais, havendo até mesmo casamento entre pessoas de diferentes grupos. Durante os anos de 1897 a 1916, nenhuma mudança social substancial foi realizada, uma vez que os colonizadores -principalmente

⁸⁵ WALKER-KELEHER, Jessica. **Reconceptualising the Relationship between Conflict and Education: the Case of Rwanda**, 2006.

⁸⁶ RUTAYISIRE, Paul. **The teaching of History of Rwanda: a Participatory Approach**. The University of California, 2006, P.6

⁸⁷ REZENDE, Amanda. **Ruanda: Genocídio e Mídia**. As Relações Internacionais e a Comunicação Social. Brasília, 2011, P.31

alemães -, não se instalaram efetivamente dentro do território, mantendo uma presença reduzida no país.⁸⁸

Quando os alemães chegaram em 1894, procuraram consolidar cada reino existente em sua própria região. Historicamente, os hutus e os tutsis mantiveram relações delicadas e acredita-se que o começo do desentendimento entre os grupos tenha origem com a chegada dos colonizadores belgas, que visaram a polarização do país para melhor governá-lo.⁸⁹ Os belgas chegaram em 1916 com o intuito de conquistar militarmente a região. Entre os anos 1926 e 1931, uma série de políticas progressivas foram implantadas objetivando transferir o poder do monarca belga para os chefes locais, reordenando os poderes das autoridades a fim de diminuir responsabilidades ou qualquer forma de controle burocrático a nível local, controlando o uso da autoridade.⁹⁰

A consolidação dos tutsis no poder ocorreu a partir do momento em que os chefes hutus foram progressivamente substituídos pelos chefes tutsis a partir de 1936.⁹¹ Os belgas se dedicaram a favorecer a supremacia dos tutsis por meio de instituições, aplicando uma “política racial” durante os anos de 1927 a 1936. Por meio desta, o acesso à educação, ao poder de decisão, a taxação e a própria igreja se voltaram em favor dos tutsis, chegando a emitir carteiras de identidade étnicas.⁹² Essa atitude acabou contribuindo para acentuar a divisão populacional conforme objetivava os belgas. Tal período foi decisivo na construção dos conflitos que insurgiram no país entre tais grupos étnicos. Antes da colonização, não havia registros de violência sistemática entre os grupos.⁹³

Ruanda possui um contexto patriarcal desde o período pré-colonial. Os homens dominavam as estruturas sociais, e apesar das mulheres terem tido relativa importância como chefes que governavam diferentes partes do país a serviço do rei, eram normalmente relegadas a posições de subordinação,⁹⁴ ainda que no nível doméstico, as mulheres

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ WALKER-KELEHER, Jessica. **Reconceptualising the Relationship between Conflict and Education: the Case of Rwanda**, 2006

⁹⁰ REZENDE, 2011, op. cit. P. 31

⁹¹ Ibidem, P. 33

⁹² Ibidem.

⁹³ KNOEMA. **Atlas mundial de dados**. Disponível em:<

<http://pt.ban.knoema.org/atlas/Ruanda/%C3%8Dndice-de-democracia>>. Último acesso em 17/10/2017

⁹⁴ SWACHTZ, Helle. **Women's Representation in the Rwandan Parliament**. Gothenburg University, Sweden. 2004, P.10

conquistassem considerável autonomia, chegando a desempenhar papéis de assessoria na tomada de decisão.⁹⁵

3.1.1 A Guerra Civil e o Genocídio

A violência registrou o genocídio de Ruanda com o combate entre hutus e a minoria tutsi em 1994, causando várias consequências negativas para o país, dentre elas a matança de mais de 800 mil pessoas, a destruição da infraestrutura, a perpetuação da pobreza e uma população traumatizada.⁹⁶

O período de independência (1959-1962) foi marcado por um processo de descolonização, acarretando em mudanças no regime em 1973. O período referido evidenciaram as diferenças, uma vez que o governo era composto pelos hutus, tornando a identidade tutsi alvo de violência. Tal senso de justiça foi baseado no sentimento de vingança, permeado por uma enorme violência política contra os tutsis, deixando milhares deles mortos e forçando dezenas de milhares a fugir para países vizinhos durante a Primeira República, na qual o governo defendeu o nacionalismo dividido por raças, facilitando a preponderância dos hutus.

Já na Segunda República a identidade tutsi foi reafirmada sob a categoria de etnia e não mais de raça.⁹⁷ Com isso buscou-se reconciliar a discussão sobre o entendimento de justiça bem como a necessidade de se promover uma reconciliação do país. Como resultado, em 1990 um grupo emergente da comunidade de exilados tutsis se deslocaram à Uganda organizados dentro de um movimento chamado Frente Patriótica Ruandesa (FPR) que foram responsáveis por iniciar crises contínuas que posteriormente iniciaria o conflito de fato.⁹⁸

Em 1 de outubro de 1990 quando o partido FPR atacou Ruanda, o país entrou em uma guerra civil influenciando diretamente a transição política. Fundada em Uganda no final da década de 1980, a intenção declarada da FPR era libertar o país da ditadura do presidente hutu Habyarimana.⁹⁹ A guerra civil continuou durante o início da década de 1990 até

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ POWLEY, Elizabeth. **Strengthening Governance: The Role of Women in Rwanda's Transition**. 2003.

⁹⁷ REZENDE, Amanda. **Ruanda: Genocídio e Mídia. As Relações Internacionais e a Comunicação Social**. Brasília, 2011, P. 63

⁹⁸ SELLSTRÖM, Tor. **Historical Perspective: Some Explanatory Factors**. Uppsala, Sweden. S.d. P. 28

⁹⁹ HAPEREN, Maria Van. **The Rwandan Genocide, 1994**. S.d. P. 102

Habyarimana ter sido forçado à mesa de negociações, depois de ter enfrentado perdas dramáticas bem como a pressão contínua dos doadores internacionais. Os acordos de paz de Arusha¹⁰⁰, assinados sob pressão internacional em 1993, trouxeram um fim oficial às hostilidades e delinearam um plano de transição para mover o país para políticas multipartidárias e eleições democráticas.¹⁰¹

Em abril de 1994, o avião de Habyarimana foi derrubado, causando seu assassinato. Imediatamente, os extremistas hutus assumiram o controle do governo e perpetraram um genocídio contra os tutsis e outros definidos como "inimigos" do Estado. Ao mesmo tempo, a FPR retomou a guerra civil contra o exército do governo dos extremistas hutus. O genocídio terminou quando a FPR assumiu o controle militar da maioria do território, visando construir um novo país. Temendo o suas vidas, os hutus eminentes, incluindo os membros da FPR, fugiram para o exílio em agosto de 1995.¹⁰² Em resumo, a FPR foi fundada como um movimento de libertação. O movimento foi entendido como um pedido para os direitos econômicos e políticos, justiça social e para chamar atenção da necessidade de uma identidade nacional duradoura.¹⁰³ Desde que conquistou o poder em 1994, a FPR tomou muitas medidas para aumentar a participação das mulheres na política, como criar um Ministério de Gênero, organizar conselhos de mulheres em todos os níveis de governo e instituir um sistema eleitoral com cadeiras reservadas para mulheres no parlamento nacional.¹⁰⁴

É importante salientar que o genocídio afetou mulheres e homens de formas diferentes. Estima-se que mais de 250.000 ruandesas foram vítimas de algum tipo de violência.¹⁰⁵ As que sobreviveram tiveram que reerguer o país ao mesmo tempo em que enfrentavam os estereótipos tradicionais do patriarcado. Há um consistente debate sobre como as mulheres são afetadas em conflitos, especialmente no caso do genocídio em Ruanda. De acordo com Joeden-Forgey (2012), o papel do gênero molda o caminho do

¹⁰⁰ Os Acordos de Paz de Arusha aconteceram em agosto de 1993 em Arusha na Tanzânia com o objetivo de cessar a guerra ruandesa entre o governo e as forças rebeldes da FPR.

¹⁰¹ HAPEREN, Maria Van. **The Rwandan Genocide**, 1994. S.d. P. 102

¹⁰² SELLSTRÖM, Tor. **Historical Perspective: Some Explanatory Factors**. Uppsala, Sweden. S.d. P.69

¹⁰³ KANTENGWA 2010; apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

¹⁰⁴ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, 2008, P.1

¹⁰⁵ Humans Rights Watch/Africa. **Sexual Violence during the Rwandan Genocide and it's Aftermath**. 1996. Disponível em: < <https://www.hrw.org/reports/1996/Rwanda.htm> >. Último acesso em 19/08/2017

genocídio do começo ao fim, isso quer dizer que vai além das experiências das mulheres, da perpetração dos crimes com base no gênero, ou até mesmo dos estudos comparativos das experiências de homens e mulheres.¹⁰⁶

O genocídio de 1994 certamente deixou distorções nas relações sociais e agravou desequilíbrios e desigualdades de gênero já existentes. No entanto, um dos efeitos mais abrangentes do genocídio e da guerra foi a mudança nos papéis de gênero que trouxe à sociedade ruandesa. Isso é ilustrado pelo fato de que mais recentemente as mulheres lideram aproximadamente 34% das famílias em Ruanda, uma tendência relativamente nova na sociedade do país.¹⁰⁷ O período pós-genocídio também se caracterizou por mulheres desempenhando papéis não-tradicionais, como a tomada de decisão e a gestão de recursos financeiros na administração pública, a construção de casas e estradas, mesmo apresentando capacidades mínimas de qualificação para assumir tais papéis.¹⁰⁸

3.1.2 O Governo de Transição

O genocídio marcou a fase final de uma guerra civil de quatro anos de duração. Quando a agitação começou em 1990, o regime ruandês já confrontava uma profunda crise econômica e uma crescente demanda por liberalização política.

O Governo Transicional, que durou de julho de 1994 a 2003, foi estabelecido sob a presidência do Pasteur Bizimungu. Tal governo foi baseado nos pressupostos dos Acordos de Arusha¹⁰⁹, visando resolver os problemas da divisão política do passado e estabelecer uma nova estrutura baseada na democracia, inclusão, descentralização e respeito aos direitos humanos. A sua política foi dominada por dois partidos maiores embora oito tenham sido representados no governo. Apenas a Frente Patriótica Ruandesa e o Movimento Democrático Ruandês (MDR) tiveram destaque.

Em 1998, a FPR anunciou que o período de transição seria prorrogado por cinco anos adicionais para garantir a segurança do país seguido de um processo de democratização

¹⁰⁶ JOEDEN-FORGEY, 2012 apud RAFTER, Nicole; BELL, Kristin A. **Gender and Genocide**. Northeastern University, Boston. S.d, P.8

¹⁰⁷ IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction**: Experience of Rwanda. 2003

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ FMO. **The 'New Rwanda**: 1994-present. S.d. Disponível em: <<http://www.forcedmigration.org/research-resources/expert-guides/rwanda/the-new-rwanda-1994-present>>. Último acesso em 31/10/17.

pacífica. O Partido justificou sua posição citando a política multipartidária como uma das principais causas do surgimento do extremismo hutu e do genocídio de 1994. Esta segunda rodada de "democratização" foi lançada oficialmente em 2001, quando as eleições a nível distrital foram realizadas, e uma Comissão Constitucional foi nomeada. No ano 2000, Paul Kagame foi eleito pela maioria tornando-se o novo presidente pela Assembleia Nacional.¹¹⁰ Em 2003, a nova constituição foi aprovada pelo referendo nacional em maio, as eleições presidenciais foram realizadas em agosto e as eleições parlamentares em setembro.¹¹¹

O primeiro Parlamento Nacional de Transição (PNT) incluiu 10 mulheres, integrando 3 dos 13 deputados do FPR. Entre 1994 e 2003, membros do PNT foram nomeados pelo Fórum do Partido Político, um órgão amplamente percebido como um mecanismo para domínio do FPR depois de ter sido nomeado pelos partidos políticos incluídos no governo. Ao longo do tempo, o número de mulheres no parlamento foi aumentando paulatinamente bem como seu engajamento na sociedade civil.

3.2 Participação Política Feminina após a Independência

Com a independência da Bélgica em 1961, as mulheres ruandesas conquistaram o direito de votar. Há registros de mulheres servindo no parlamento em 1965, porém, antes da guerra civil dos anos 1990 acontecer, as mulheres não conseguiram mais do que 18% dos assentos parlamentares.¹¹² Historicamente, a participação das mulheres na política e na tomada de decisão em Ruanda foi insignificante, especialmente nos níveis mais elevados. Tal cenário aconteceu mesmo com os esforços das mulheres em Ruanda, que durante o período pré-colonial, desempenharam um papel importante na governança do país através da instituição da rainha-mãe.¹¹³

No começo do período pós-colonial, o governo da Primeira República (1962-1973) apoiou o estabelecimento de centros sociais para mulheres em cada prefeitura. Esses centros enfocaram na alfabetização, educação e saúde das mulheres rurais, mas também

¹¹⁰ FMO. Op. cit. S.d.

¹¹¹ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, 2008, P.8

¹¹² Inter Parliamentary Union, 1995. S.d.

¹¹³ O papel da rainha-mãe localiza-se no período monárquico, na qual essas mulheres representavam um papel político vital na administração da família real e das intrigas levadas à corte. IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction: Experience of Rwanda**. 2003

proporcionaram oportunidades de liderança às mulheres que conseguiram ter algum acesso à educação. Enquanto o governo da Segunda República (1973-1994) excluiu uma massiva quantidade de mulheres da governança, as cooperativas agrícolas e os grupos religiosos cresceram consideravelmente, graças em parte ao influxo de financiamento internacional e assistência técnica voltada para o desenvolvimento rural.¹¹⁴

No quadro a seguir serão identificadas algumas medidas, leis e organizações que partiram tanto do âmbito social quanto governamental. É válido salientar que apenas três itens, que de fato são importantes para as mulheres, são identificados no período anterior à 1994, sendo o restante dos itens criados posteriormente, indicando a atenção dedicada às mulheres nos anos seguintes ao genocídio.

QUADRO 1 – MEDIDAS E LEIS QUE BENEFICIAM AS MULHERES

Medidas e Leis	Ano de surgimento	Atuação
Duterimbere	1991	Fornece serviços financeiros as mulheres de baixa-renda visando melhorar as condições socioeconômicas no país.
Ministério para a Promoção da Mulher e da Família	1992	Promove a equidade de gênero, coordenando a devida implementação da Política Nacional de Gênero e garantindo o empoderamento das mulheres.
Pro-Femmes	1992	Objetiva promover maior senso de justiça por meio da promoção da informação sobre o papel das mulheres para o desenvolvimento nacional dentre outros objetivos.
Rede das Mulheres Ruandesas	1997	ONG dedicada a promoção do bem-estar socioeconômico da mulher em Ruanda.

¹¹⁴ BURNET, Op. cit, 2008, P.18

Lei nº 22/99	1999	Lei que promove a liberdade matrimonial e garante o direito de ambos os cônjuges.
Vision 2020	2000	Política estratégica para desenvolvimento do país a longo prazo.
Conselho Nacional das Mulheres	2003	Promove a representação dos interesses das mulheres em todos os níveis, a informação sobre as leis, políticas e programas relacionados a igualdade de gênero além de capacitar mulheres e ajudar suas organizações.
Política Nacional de Gênero	2004	Ferramenta que ajuda a facilitar e obter oportunidades iguais para mulheres e homens, meninas e meninos em todos os setores.
Associação Tubahumurize	2006	Ajuda a recuperar e a empoderar mulheres vítimas de violência e marginalização em Ruanda.
Lei nº 59/2008	2008	Lei da violência baseada no gênero.
EDPRS (Desenvolvimento Econômico e Estratégia de Redução da Pobreza)	2008	Ajuda na promoção da redução da pobreza, incluindo a situação de pobreza das mulheres.
Política de Educação para Mulheres	2008	Promove incentivo à educação das mulheres.
Lei nº 10/2009	2009	Lei do trabalho que reforça a questão do salário igual para ambos os sexos e estabelece idade mínima e protege os

		cidadãos do trabalho escravo. Além disso protege as mulheres grávidas promovendo licença a maternidade nos setores formais de trabalho.
Gabinete de Monitoramento de Gênero	2009	Encarrega-se de supervisionar as políticas de gênero e reportar os progressos alcançados.
Estratégia de Igualdade de Gênero na Agricultura	2010	Promove igualdade de gênero no setor da agricultura.
Lei nº 43/2013	2013	Lei das terras que garante que as mulheres também tenham acesso às terras como propriedades.
Fórum das Mulheres Parlamentares	2013	É um mecanismo consultivo para a facilitação da integração dos assuntos de gênero com o Parlamento.

Fonte: Abbott (2015, p. 17).

Foi a partir da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Nairóbi em 1985 que um movimento de mulheres nos moldes modernos começou a surgir em Ruanda.¹¹⁵ Várias organizações nacionais de mulheres foram fundadas no final da década de 1980, incluindo, uma cooperativa bancária feminina de microcrédito conhecida como Duterimbere que promove serviços financeiros, tendo as mulheres como público-alvo a fim de garantir-lhes melhores condições socioeconômicas¹¹⁶; Haguruka, um grupo de advocacia para direitos legais femininos e infantis, e uma rede de mulheres para o desenvolvimento rural, que foi também responsável por prestar assistência técnica às organizações de mulheres rurais. Com a pressão crescente do movimento de mulheres, o governo Habyarimana criou o Ministério para a Promoção da Mulher e da Família, cujo

¹¹⁵ 5TH WOMEN'S WORLD CONFERENCE. **World Conference on Women**, Nairobi, 1985. Disponível em: < http://www.5wwc.org/conference_background/1985_WCW.html > último acesso em 19/08/2017

¹¹⁶ DUTERIMBERE IMF. Disponível em: <http://duterimbereimf.co.rw/spip.php?article19> último acesso em 16/10/2017

principal mandato era promover o desenvolvimento econômico para melhorar o status das mulheres e das crianças em 1992. A primeira mulher que se tornou primeira-ministra em 1993, Agathe Uwilingimana, era membro do partido da oposição Movimento Democrático Ruandês.¹¹⁷

Já o Pro-Femmes surgiu em 1992, porém veio a se tornar mais atuante no final da década de 1990. Com a participação crescente na recuperação do país, as mulheres se reuniram para coordenar diversas atividades relacionadas às mulheres, dando conselhos sobre possíveis problemas que envolvem o dia a dia delas, incluindo o âmbito público.¹¹⁸ Empreendeu ambiciosas iniciativas de desenvolvimento e advocacia, abarcando um grupo diversificado de mulheres ruandesas, incluindo hutus, proeminentes viúvas tutsis do genocídio e repatriados tutsis do exílio em Uganda, Burundi e República Democrática do Congo. A organização se concentrou em questões importantes para todas as mulheres, como o desenvolvimento, atividades relacionadas à paz e aos direitos de herança, que posteriormente seriam melhor consolidadas.¹¹⁹ Dessa forma identifica-se em sua atuação incentivos ao empoderamento feminino e à diminuição da desigualdade, promovendo o *peacekeeping* e outras mediações.¹²⁰

O capítulo seguinte tratar-se-á dos demais incentivos ao empoderamento feminino no período pós genocídio, evidenciando o crescente número de medidas, leis e políticas que surgiram posteriormente, procurando ressaltar a sua importância para a diferença nos indicadores de participação feminina mais recentes no país, além de discutir algumas dificuldades remanescentes dessas organizações políticas.

¹¹⁷ NEWBURY, Catharine; BALDWIN, Hannah. **Aftermath**: Women's Organizations in Postconflict Rwanda. Working Paper No. 304. Julho 2000, P. 6.

¹¹⁸ POWLEY, Elizabeth. **Strengthening Governance**: The Role of Women in Rwanda's Transition. 2003.

¹¹⁹ NEWBURY; BALDWIN, Op. cit, 2000.

¹²⁰ MARILENA, s.d.

4 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA RUANDESA PÓS 1994

Este presente capítulo trata-se dos principais resultados acerca das políticas de gênero no país após a implementação da nova constituição em 2003 e demais iniciativas pós 1994. Depois de analisar a média mundial de participação feminina na política, é possível observar a necessidade das campanhas que buscam mudar os indicadores de gênero, uma vez que a desigualdade de gênero tem sido um tema alvo de muitas críticas feministas.¹²¹ Há algumas vertentes que apontam que aumentar a participação feminina na política implica também mudar o funcionamento do próprio sistema natural do parlamento, causando mudanças na legislação e nas prioridades políticas.

No âmbito internacional é possível observar uma série de interesses que divergem de região para região. Nos EUA as mulheres tendem a lidar mais com os aspectos sociais, serviços de saúde, mulheres, família e crianças. No caso africano em geral, as parlamentares possuem objetivos e interesses diferentes destes observados nos EUA.¹²² Apesar do surgimento de mulheres expoentes na política africana, Bauer e Britton (2006) observam que pouca atenção acadêmica foi dada ao trabalho dessas mulheres nos parlamentos do continente. Mas os autores afirmam que as mulheres africanas que fazem parte do corpo político têm uma agenda que é mais ampla do que as plataformas legislativas dos países do Ocidente. Eles apontam que os direitos à terra, o alívio da pobreza, o HIV / AIDS, a liberdade sexual e a violência contra as mulheres são questões mais urgentes para as mulheres na África.¹²³ Nesse sentido, o progresso observado em Ruanda é ligado às mudanças estruturais e institucionais que favoreceram o clima social para a entrada das mulheres em papéis de liderança.¹²⁴

Ruanda foi escolhida como estudo de caso devido à quantidade de mulheres vítimas de assassinato, violências sexuais dentre outras torturas durante o genocídio e ao progresso que ocorreu em termos de sua integração na política após o fato. Salienta-se, no entanto, que as vítimas principais eram homens, que no geral eram executados. Como resultado, após o

¹²¹ DEVLIN, Claire; ELGIE, Robert. **The Effect of Increased Women's Representation in Parliament: The Case of Rwanda.** Parliamentary Affairs Vol. 61 No. 2, 2008.

¹²² Ibidem.

¹²³ BAUER, Gretchen; BRITTON, Hannah. **Women in African Parliaments**, 2005. Cap. 6

¹²⁴ UWINEZA & PEARSON, 2009 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016.

genocídio, Ruanda passa a ter 70% de sua população composta por mulheres, e muitas assumiram posições de liderança na política e na economia que antes eram vistos como papéis tradicionalmente masculinos.¹²⁵ Nota-se que no período após o genocídio o aumento da participação feminina em papéis de liderança cresceu de modo progressivo e contínuo. Em 1997 as mulheres representavam 17,1%, em 2000, 25,7%, em 2005 após a constituição, 48,8% e em 2010, 56,3% e por fim, 2015 com 63,8%.¹²⁶

O empoderamento das mulheres ruandesas se desenvolveu principalmente por meio das organizações e políticas que foram implantadas aos poucos, garantindo efeitos positivos para a reestruturação do país.¹²⁷ Isso foi ecoado pelas palavras do então presidente Paul Kagame durante seu discurso presidencial em 1999 ao abrir programas de incentivo à participação das mulheres na esfera pública, afirmando o desejo em acabar com as diferentes formas de injustiça ainda presentes no país. Afirmou também que o seu entendimento de gênero é uma questão de boa governança, boa gestão econômica e respeito aos direitos humanos.¹²⁸ Enquanto as parlamentares tentam praticar a neutralidade de gênero, elas também sentem que estão em posição para melhor compreender as necessidades das mulheres que os homens não conseguem.¹²⁹

No cenário de desarranjo social após o conflito, ONG's promoveram uma rede de serviços necessários à reconstrução do país traumatizado pelo conflito.¹³⁰ Em um esforço para reconstruir a economia que fora destruída pela guerra, as mulheres ruandesas contribuíram significativamente em iniciativas de reassentamento promovidas pelo governo de Ruanda. O genocídio destruiu quase que por completo a base agrícola do país, dessa forma as mulheres foram responsáveis por reviver inúmeras atividades agrícolas.¹³¹ A partir de 1997, as mulheres contribuíram especialmente no que tange à questão dos direitos do repatriamento dos refugiados.

¹²⁵ SHATTERED LIVES. **Sexual Violence during the Rwandan Genocide and its Aftermath**. Disponível em: < <https://www.hrw.org/reports/1996/Rwanda.htm>>. Último acesso em 31/10/2017.

¹²⁶ WORLD BANK GROUP. Disponível em: < <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx>>. Último acesso em 22/08/2017.

¹²⁷ Idem, P.5

¹²⁸ KAGAME, Paul. Discurso oficial de 1999

¹²⁹ WARING ET AL., 2000 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016. P. 77

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction: Experience of Rwanda**. 2003

A maior contribuição das mulheres na construção da paz e dos esforços para reconciliação puderam ser vistos mais efetivamente pelo aumento da participação nos órgãos de tomada de decisão e na implementação de políticas a nível institucional e comunitário, como será discutido mais adiante. Parte dessas mudanças e dos grandes avanços nas questões de gênero que podemos ver atualmente se deu pela mudança de posicionamento do governo que atua de modo a promover oportunidades mais justas e medidas para abordar as consequências do pós genocídio. Por exemplo, o governo, com o apoio da comunidade internacional, conseguiu reassentar as pessoas internamente deslocadas, bem como os idosos e os novos refugiados. É importante notar o papel crítico desempenhado pelas mulheres, particularmente a nível comunitário nessas iniciativas de reassentamento onde muitas delas participaram massivamente do programa nacional do assentamento de Imidugudu.¹³²

Desde o início dos programas de reconstrução, o Governo de Unidade Nacional (GNU) criou um mecanismo para garantir que as mulheres desempenhem um papel ativo nos processos do pós genocídio e reconstrução. Além dos programas de emergência, o ministério encarregado dos assuntos da família e da mulher foi estabelecido e, entre os seus programas prioritários, está a criação de comitês ou estruturas femininas que decorrem de células comunitárias até o nível nacional.¹³³ O objetivo geral desses comitês era fornecer às mulheres ruandesas um fórum através do qual seus pontos de vista, interesses e preocupações sobre a reconstrução nacional pudessem ser expressados dando espaço e voz para as necessidades das mulheres.¹³⁴

O Ministério de Gênero e Mulheres para o Desenvolvimento foi criado em 1994 após o genocídio, sendo posteriormente reformulado e aperfeiçoado.¹³⁵ Os conselhos das mulheres são estruturas de base eleitas por mulheres por meio de eleições indiretas, cujo alicerce no nível de base prevê vínculos importantes entre políticas e implementação. Tais conselhos trabalham em conjunto com os conselhos municipais gerais, representando tudo o que concerne aos problemas relacionados às mulheres.¹³⁶ O Ministério do Gênero estabeleceu vínculos estratégicos com os conselhos nacionais de mulheres sendo esses

¹³² IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction**: Experience of Rwanda. 2003.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ POWLEY, Elizabeth. **Strengthening Governance**: The Role of Women in Rwanda's Transition. 2003.

¹³⁶ Ibidem.

conselhos uma estratégia eficaz para o desenvolvimento nacional e para a promoção da igualdade de gênero.

As parlamentares formaram uma convenção política conhecida como Fórum das Mulheres Parlamentares, com fundos e apoios internacionais. Elas afirmam não pensar de acordo com os partidos políticos, mas sim, de acordo com suas demandas, necessidades e desafios que as cercam.¹³⁷ O Fórum das Mulheres líderes ruandesas também começou como uma reunião de mulheres parlamentares de diferentes origens. Juntas, elas pressionam e influenciam a promulgação de leis que protegem e promovem os direitos das mulheres, como as leis apontadas no quadro do capítulo antecessor.¹³⁸ Nesse sentido, o Fórum apresenta várias funções como revisão das leis, introdução de alteração às emendas discriminatórias, examina as proposições de leis com sensibilidade de gênero, mantém relações com o Movimento das Mulheres, conduz encontros e treinamento com as organizações das mulheres a fim de sensibilizar a população, afirmando ser de sua responsabilidade a promoção dessa perspectiva de gênero no país.

Outras organizações feministas trabalham em conjunto nos mais diversos setores. Algumas contribuem para a formulação de um novo documento político recomendando ações específicas para a constituição mais sensível às questões de gênero, que no fim são submetidas a Comissão Constitucional. Porém, de acordo com o USAID, houve grande impacto causado pelos movimentos Pro-Femmes na vida pública da sociedade ruandesa, sendo as ONGs das mulheres o setor mais ativo e influente na sociedade civil ruandesa.¹³⁹

Apesar das leis e das políticas junto com as organizações sociais serem importantes na promoção dos direitos das mulheres, o progresso real deve ser medido através dos resultados. As leis e todas as redes do aparato político apresentadas acima devem ser trabalhadas em conjunto a fim de envolver todos os ministérios na expectativa de promover maior senso de unidade no que diz respeito à participação das mulheres para a construção de um país mais forte e estável. Nesse sentido, apesar dos conselhos e demais aparatos serem importantes enquanto promove a descentralização e o engajamento de base, ainda há outros

¹³⁷SEKAMANA, Bwiza. Interview apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

¹³⁸IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction: Experience of Rwanda**. 2003

¹³⁹KELLEY, Jennifer M. **The Evolution of Pro-Femmes/Twese Hamwe: Women, Peace, and Political Development in Rwanda, 1992 – Present Day**. The Pardee Periodical Journal of Global Affairs, Volume II, 2017.

fatores que impedem a maximização de seus impactos, como a própria falta de estrutura e recursos. Muitas acabam sendo voluntárias pois não recebem salários dentro dos comitês.¹⁴⁰

Nesse sentido, questiona-se a real capacidade técnica estatal tanto nacional quanto local no que tange a aplicabilidade dos recursos sobre a temática de igualdade de gênero em sua máquina bem como o monitoramento da efetivação de suas políticas.¹⁴¹ Objeções quanto a coordenação e a clareza do trabalho e papel de cada um desses setores persistem. Como crítica, as mulheres ainda encontram diversas limitações pelo próprio modo de como são aplicadas essas políticas de gênero, implementadas, na maioria das vezes, de forma top-down por tecnocratas que são ensinados a monitorar a implementação dessas políticas.¹⁴² Pode-se dizer, portanto, que não se trata simplesmente de uma certa incompetência da lei que impede as mulheres de reivindicar e exercer seus direitos, mas sim, da existência do domínio e da tradição dos valores patriarcais.¹⁴³

No entanto, os Conselhos das Mulheres exaltam a importância desses sistemas, e um dos motivos é que antigamente as mulheres não podiam aparecer em público em lugares onde os homens estavam presentes, não podendo se expressar já que os homens eram os responsáveis por isso. Assim, com a criação dessas estruturas políticas, mobilizações foram sendo feitas como meio de educar as mulheres, levar autoconfiança e maior participação.

Embora nenhuma dessas mudanças aconteçam rapidamente, as organizações de mulheres de fato atenderam às necessidades de milhares de mulheres individuais. Como resultado, o aumento da participação feminina nas organizações foi consequência dos novos mecanismos utilizados pelo governo para impulsionar a mobilização das mulheres, que através da garantia constitucional, conseguiu consolidar um sistema de cotas e inovações eleitorais. Como afirma Castells (1997), mesmo que o fato de pertencer ao sexo feminino não garanta o cumprimento das agendas feministas, e que mesmo grande parte das mulheres engajadas na política aja conforme as estruturas patriarcais, “seu impacto como modelo,

¹⁴⁰ ABBOTT, Pamela. **The Promise and the Reality: Women's Rights in Rwanda**. Rwanda. Janeiro de 2005. P. 21

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Ibidem, P. 38

principalmente para as jovens, e como forma de quebrar tabus da sociedade, não deve ser desprezado.”¹⁴⁴

Por fim, o Governo de Unidade Nacional iniciou um processo que, dez anos depois, levou à reafirmação do importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, além da sua participação e envolvimento integral em todos os esforços para a manutenção da paz e da segurança, bem como reconhecer a necessidade de se aumentar o seu papel feminino na tomada de decisões em matéria de prevenção e resolução de conflitos.¹⁴⁵ Como mencionado, as mulheres têm se envolvido em iniciativas para promover a paz e a reconstrução, e que a redefinição dos papéis e das responsabilidades das mulheres contribuíram para a construção de uma paz duradoura, restabelecendo a reconciliação.¹⁴⁶ A seguir, será melhor explicado por meio de um panorama pós 1994 do país como se desenvolveu o aumento da representatividade feminina em Ruanda, abordando o funcionamento do seu sistema político atual bem como sua relação com a democracia aliada a implementação das cotas para as mulheres.

4.1 O sistema Político e as Relações de Gênero em Ruanda

No sistema político de Ruanda, utiliza-se um sistema de lista do partido por meio da Representação Proporcional. A Representação Proporcional é uma das melhores maneiras de melhorar a participação igualitária, sendo utilizada na maioria dos países que possuem bons índices de participação feminina.¹⁴⁷ De acordo com Martins, dos dezenove países com representatividade acima de 40%, dezesseis apresentam a política de cotas ou algum tipo de reserva de assentos parlamentares.¹⁴⁸

No sistema de Representação Proporcional de lista fechada, antes das eleições, os partidos políticos são responsáveis por decidir a hierarquia dos candidatos na lista, respeitando as cotas. Ao terminar a eleição, os assentos que o partido conquistar serão

¹⁴⁴ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.2, 1997, Cap. 4 P.223

¹⁴⁵ Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 31 de outubro de 2000 apud IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction: Experience of Rwanda**. 2003

¹⁴⁶ IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction: Experience of Rwanda**. 2003

¹⁴⁷ BRITTON 2008; KUNOVICH et al. 2007 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

¹⁴⁸ MARTINS, Eneida Valarini. **A Política de Cotas e a Representação Feminina na Câmara dos Deputados**. 2007, P.45

ocupados a partir do topo da lista até a sua base. Desse modo, não se depende do eleitorado para que as mulheres sejam eleitas, evitando eleições que sejam enviesadas devido à estrutura do patriarcado.¹⁴⁹ Como resultado, a FPR conta com uma representatividade de 44% de mulheres em sua lista.¹⁵⁰ Tal sistema facilita a aplicação das cotas para mulheres mas não garante a eficácia por si só.¹⁵¹

O resultado das pesquisas mostra que as mulheres se envolvem na política de acordo com os três princípios de justiça de Nancy Fraser: reconhecimento, redistribuição e representação. Neste caso ainda são acrescentadas outras duas motivações, nomeadamente as medidas institucionais e a reconstrução do país.¹⁵² Especificamente, os parlamentares querem abordar injustiças sociais, econômicas e políticas relacionadas ao gênero e a etnia. Em contraste com Powley (2010) que enfatizou que deputados de diferentes partes trabalharam juntos em questões de gênero, Longman argumenta que, em um sistema dominado pela FPR, a "falta de liberdade política limita a capacidade das mulheres de influenciar a política".¹⁵³

Em 2004, o governo de Ruanda adotou uma Política Nacional de Gênero elaborada pelo Ministério do Gênero e da Promoção Familiar (MIGEPROF). Esta política é atualizada por meio de planos de implementação estratégica a cada três anos. O plano inclui indicadores para objetivos específicos de gênero, e então, os ministérios responsáveis são indicados. O Gabinete de Monitoramento de Gênero é responsável por monitorar os indicadores na relação com políticas e programas nacionais.¹⁵⁴ Por mais que o MIGEPROF tenha fundado os Conselhos Femininos, o mesmo não apresenta orçamento suficiente para atendê-los, e por isso, os membros do conselho não são remunerados. Os ativistas em Ruanda afirmam que a falta de financiamento é uma indicação da falta de compromisso e que os conselhos são usados com o intuito de transmitir mensagens de cima para baixo.¹⁵⁵

¹⁴⁹ BAUER, Gretchen; BRITTON, Hannah. **Women in African Parliaments**. Capítulo 6, 2005

¹⁵⁰ NDSHIRO, Edwin. **44% Women on RPF Parliamentary list**. The New Times. 2008. Disponível em: <<http://www.newtimes.co.rw/section/read/40377/>>. Último acesso em 30/10/2017.

¹⁵¹ MARTINS. Op. Cit, 2007. P.49

¹⁵² CYFER, Ingrid. **Feminismo, identidade e exclusão política em Judith Butler e Nancy Fraser**. 2017

¹⁵³ DEVLIN, Claire; ELGIE, Robert. **The Effect of Increased Women's Representation in Parliament: The Case of Rwanda**. Parliamentary Affairs Vol. 61 No. 2, 2008.

¹⁵⁴ DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016.

¹⁵⁵ Ibidem, P. 47

O MIGEPROF conta, no total, com 30 membros, mas apenas quatro trabalham questões de gênero.¹⁵⁶ O restante dos membros trabalham questões dos direitos e políticas familiares e das crianças.¹⁵⁷ Normalmente as questões relacionadas ao gênero são passadas para membros novatos que não possuem muita experiência. Dentre os programas mais trabalhados dentro do ministério, está a criação da garantia do fundo para permitir que as mulheres tenham acesso ao crédito. Também foi responsável pela criação da Política Nacional de Gênero, para garantir que as questões sejam direcionadas para todos os setores da sociedade ruandesa.¹⁵⁸

Um outro exemplo é o Poder Executivo em 2009, composto por 34% de ministras mulheres. Dentro deste Poder Executivo está o Observatório do Gênero que é encarregado de monitorar as reformas e a sua implementação. Os membros masculinos do parlamento apoiaram e fizeram recomendações sobre como torná-lo efetivo.¹⁵⁹ Em Ruanda acredita-se que esses avanços institucionais e estruturais servem para proteger os avanços das mulheres em caso de mudança futura na vontade política de representação das mulheres.¹⁶⁰

Até o ano de 1992 havia o Código da Família no país, que fazia do marido o chefe automático da casa, e em conflitos conjugais sobre as decisões, o marido tinha a palavra final. Além disso, o Código Comercial, que foi implementado pela primeira vez durante o colonialismo, exigia que as mulheres buscassem permissão masculina para garantir empréstimos, créditos, ações legais, trabalhar ou exercer atividades econômicas.¹⁶¹ Isto foi alterado e, desde 1994, a FPR implementou uma ampla política de proteção dos direitos das mulheres e aumento da participação das mulheres na esfera pública que não se restringe ao trabalho das organizações das mulheres. Um exemplo de seus efeitos foi notável em 1999, quando as organizações da sociedade civil feminina e as mulheres no governo trabalharam na Lei de Herança – ou Lei sobre Regimes Matrimoniais, Liberdades e Sucessões. Esta lei é famosa por dar às mulheres o direito de herdar propriedade e terras. Esta foi uma conquista

¹⁵⁶REPUBLIC OF RWANDA. **Ministry of Gender and Family Promotion**. Disponível em: <<http://www.migeprof.gov.rw/index.php?id=3>>. Último acesso em 23/08/2017.

¹⁵⁷DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013 op. cit.

¹⁵⁸KANTENGWA, M.J., 2010. **The Will to Political Power: Rwandan Women in Leadership**. *IDS Bulletin*, 41(5), P. 72–80

¹⁵⁹UWINEZA & PEARSON, 2009 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

¹⁶⁰Ibidem

¹⁶¹SCHINDLER, 2009 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

importante, uma vez que, após o genocídio, as viúvas e as órfãs perderam terra e propriedade para parentes do sexo masculino, que impactaram diretamente em seus meios de subsistência. Assim, em termos de empoderamento das mulheres e igualdade de gênero, as iniciativas foram de grande importância pois deram às mulheres o direito de celebrar contratos, ter emprego e abrir contas bancárias sem a permissão de parentes homens. Antes, na prática, as mulheres tinham emprego remunerado, negócios, mas sempre estavam sujeitas ao abuso de parentes do sexo masculino pela própria falta de direito sobre elas.¹⁶²

Ruanda também implementou o projeto de lei sobre violência de gênero, que foi introduzido em 2006 e foi a primeira legislação substantiva a passar no parlamento pós-transição de Ruanda.¹⁶³ Esta lei torna a poligamia ilegal, define o conceito de estupro, identifica diferentes formas de violência em relação a mulheres, crianças e homens, e fornece diretrizes para punição de infratores.¹⁶⁴ Mas apesar de todos os avanços, Ruanda não teve um histórico político perfeito em termos de interesse das mulheres. Houve a aprovação de uma lei trabalhista que reduziu a licença de maternidade. O movimento das mulheres tentou impedir que esta lei fosse aprovada e levantou questões sobre o compromisso do governo com a igualdade de gênero e o papel das mulheres no parlamento.¹⁶⁵ Dito isto, Ruanda mudou as leis de maternidade novamente em 2015, dando às mulheres 12 semanas de licença por maternidade paga. A mudança foi resultado da pressão da sociedade civil, sendo implementada por decisão do presidente Paul Kagame em uma reunião especial de seu gabinete.

4.2 Democracia em Ruanda

O movimento das mulheres na África apresenta papéis ativos desde a década de 1990 durante o movimento de reformas políticas no período da democratização no continente, que ocorreram após a Guerra Fria, já em 1989. Tal processo resultou numa

¹⁶² BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, 2008

¹⁶³ UWINEZA & PEARSON 2009; DEBUSSCHER & ANSOMS 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

¹⁶⁴ MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016, P. 52

¹⁶⁵ DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

modificação das estruturas políticas dos regimes africanos, implantando sistemas mais competitivos e pluralistas. Na década de 1990, grande parte dos países da África Subsaariana sofreram as influências ocidentais da política neoliberal e dos processos de democratização.¹⁶⁶ A comunidade internacional defendia a associação da democracia com o desenvolvimento, percebendo a necessidade de se promover a participação popular nos processos políticos, evidenciando os direitos humanos.¹⁶⁷ Necessitando reconstruir o país após o conflito, Ruanda comprometeu-se com o processo de democratização.

Em 1989, vários partidos políticos, que estavam adormecidos no estado do partido único e sob a ditadura do presidente Habyarimana, reapareceram e começaram a exigir a liberalização política. Juntamente com algumas organizações da sociedade civil que também estavam pressionando a mudança, seus argumentos coincidiram com a crescente pressão na comunidade internacional para que os Estados autoritários democratizassem. Em muitos casos, essa pressão vinculava as reformas políticas para ajudar financeiramente, questão particularmente sensível para o governo ruandês já que o país era quase totalmente dependente da ajuda externa.¹⁶⁸

Uma vez que este processo de "democratização" mais recente começou em 1998, o regime do FPR tornou-se mais autoritário. Essa chamada transição foi efetivamente controlada e resultou em maior consolidação do poder pelo FPR. Nas eleições, os funcionários do FPR selecionaram cuidadosamente os candidatos e ameaçaram ou intimidaram qualquer outra pessoa que procurava o cargo. As eleições locais e nacionais foram orquestradas desde o início com os candidatos pré-selecionados do FPR com a vitória já garantida. O regime do FPR reprimiu sistematicamente as organizações independentes da sociedade civil e destruiu todos os potenciais partidos políticos da oposição.¹⁶⁹ Atualmente a estrutura consiste no governo do FPR com a coalizão de alguns partidos políticos menores.¹⁷⁰

¹⁶⁶ JOSEPH, R. "Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives". *Comparative Politics*, Vol. 29: 3, 1997. P. 368

¹⁶⁷ Ibidem

¹⁶⁸ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, 2008 P.7

¹⁶⁹ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, 2008, P.9

¹⁷⁰DEVLIN & ELGIE, 2008 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

Apesar de ser considerado atualmente autoritário¹⁷¹, o país é também um dos que tem maior presença e participação ativa das mulheres na esfera pública. No entanto, de acordo com Gerschewski, a diferença entre um regime autoritário e um regime democrático está na repressão massiva que pode gerar desestabilidade no governo e causar mobilizações civis. Porém, a repressão acaba sendo camuflada através de estratégias seguidas pelos regimes autoritários como forma de se legitimar.¹⁷² Nesse contexto, no que se entende por liderança, Ruanda aparentemente pode ter um governo monopartidário, porém, se visto internamente, pode ser considerado um governo forte, decidido e com liderança efetiva.¹⁷³

Não há como desenvolver democracia numa atmosfera política que não oferece partidos de oposição e liberdade de expressão. Porém, Kagame justifica tais medidas afirmando que limitar a liberdade de expressão significa não tolerar vozes que possam promover um novo separatismo étnico como aconteceu em seu passado recente.¹⁷⁴ Ainda assim, o problema da violência direcionada à oposição permanece, podendo tolerar perseguições de várias formas, até mesmo tortura. Além disso, a existência de um único partido facilita eventuais desvios de recursos do país à própria vontade de quem está no poder.¹⁷⁵ No entanto, apesar da maioria dos governos autoritários normalmente não apoiarem os ideais de direitos humanos, alguns governos podem agir de modo sistemático, promovendo maior atenção às questões de gênero. O contrário também serve para as sociedades consideradas mais democráticas, que não necessariamente implicam em sucesso na promoção da agenda de igualdade de gênero.¹⁷⁶ Isso demonstra que o Estado com alto índice democrático é mais amigável às oportunidades iguais, mas não garante que tal condição seja suficiente para promovê-la.

Independentemente de raça e da classe social que permeiam tanto homens quanto mulheres e de até mesmo os homens sofrerem com o padrão de masculinidade hegemônico, os homens têm maior nível de poder e acesso a recursos, uma vez que o próprio sistema

¹⁷¹ RAYARIKAR, Chinmay. **Rwanda: Development towards Authoritarianism?** Trinity College, 2017. P.46

¹⁷² GERSCHESKI, 2013. Apud TREMBLAY, Manon. **Democracy, Representation, and Women: A Comparative Analysis**, Democratization. 2007

¹⁷³ MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016 P. 82

¹⁷⁴ THE GUARDIAN. **Paul Kagame's Rwanda: African Success Story or Authoritarian State?** Disponível em: < <https://www.theguardian.com/world/2012/oct/10/paul-kagame-rwanda-success-authoritarian>>. Último acesso em: 17/10/2017.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ ERTAN, Senem. **Gender Equality Policies in Authoritarian Regimes and Electoral Democracies**. University of Siena. 2012. P. 4

patriarcal proporciona tal condição. A discussão no geral não tem o intuito de ser apenas um referencial, também tem o intuito de evidenciar a relevância em se levantar questões e ideias a fim de implantar políticas públicas de gênero objetivando o fortalecimento e o preparo das mulheres para alcançarem, por fim, a conquista de políticas mais duradouras. E como afirma Boaventura de Souza Santos (1994), propor políticas públicas de gênero exige estabelecer o sentido das mudanças se as pretendemos como caráter emancipatório. A inclusão passa a ser uma etapa necessária num contexto excludente.¹⁷⁷

De acordo com a autora Maria Lúcia da Silveira (2003) um Estado democrático visaria sobretudo a ampliação da cidadania.¹⁷⁸ Emerge, durante os anos 1990, um momento difícil para as políticas de caráter universal e redistributivas. Nesse sentido, as políticas neoliberais impactaram negativamente as tentativas de dar um aspecto público ao Estado, implantando o Estado Mínimo além de políticas compensatórias.¹⁷⁹ Tais mudanças impactaram também as mulheres que buscavam obter espaço na agenda política, a fim de construir políticas que melhorassem suas vidas públicas especialmente dentro dos setores populares, além da qualidade de vida. Ainda de acordo com a autora,

Resgatar as mulheres como sujeito das políticas, implica construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis, federal, estadual e municipal em interlocutores válidos para construir as pautas políticas e articuladores gerais das políticas públicas prioritárias.¹⁸⁰

Tendo em mente que a democracia representativa é uma tradição ocidental, as atitudes em relação à representação e os deveres dos representantes podem diferir num contexto não-ocidental onde as tradições democráticas são consideravelmente mais recentes e menos profundas. Também há a questão do impacto que o uso da cota teve sobre a representação das mulheres no contexto africano, procurando saber se realmente há a representação dos interesses das mulheres¹⁸¹ como será discutido na próxima seção. Isso nos

¹⁷⁷ BOAVENTURA, de Sousa Santos. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. 1994.

¹⁷⁸ SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. São Paulo. 2003

¹⁷⁹ SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas Públicas de Gênero: Impasses e desafios para fortalecer a Agenda Política na Perspectiva da Igualdade**. 2003. P.1

¹⁸⁰ SILVEIRA, Op. cit, 2003 P.5

¹⁸¹ SCHWARTZ, Helle. **Women's Representation in the Rwandan Parliament**. An Analysis of Variation in the Representation of Women's Interests Caused by Gender and Quota. Suécia, 2004, p.7

leva a outra questão sobre como representar as mulheres uma vez que elas nem sempre partilham os mesmos interesses.¹⁸²

Em meio a contextos e experiências diferentes do dia a dia, as mulheres enfrentam realidades distintas, mas todas partilham a mesma experiência da opressão do patriarcado. A autora Molyneux (1985), propõe que as mulheres partilham interesses como a abolição das divisões de trabalho com base no gênero, diferentes formas de discriminação dentro das instituições, as consideradas ‘obrigações’ dos serviços domésticos, violência doméstica, dentre outros. Essas seriam as necessidades e lutas imediatas.¹⁸³ Portanto, após observar medidas como a política de cotas, foi possível perceber mudanças reais nos indicadores por meio de uma agenda favorável às políticas de gênero que atuam em conjunto com os diferentes movimentos de mulheres com respaldo estatal.

Uma grande mudança também foi observada nas concepções culturais e sociais dos papéis de gênero a partir das repercussões do genocídio, constatando maior representação das mulheres na vida pública e em cargos políticos. Junto com as mudanças, houve também uma maior aceitação das mulheres em cargos de autoridade e de agentes independentes na esfera pública. Essa transformação na subjetividade política poderia preparar as mulheres para desempenhar um papel significativo no governo caso uma transição real para a democracia ocorresse no país.¹⁸⁴

Em Ruanda, a nova constituição, que se caracterizou por uma construção de consenso de bases, culminou no referendo em maio de 2003. *Workshops* para compartilhar experiências na implementação das cotas de gênero estão sendo mantidos como parte de um processo de transição que visa a melhora da democracia no país. Tal evento foi seguido pela eleição presidencial em agosto de 2003, e logo depois, das eleições para a Assembleia Nacional em setembro do mesmo ano. Desta vez, a Assembleia Nacional passaria a apresentar um sistema político bicameral, isto é, a Câmara dos deputados e o Senado

¹⁸² MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016 P.34

¹⁸³ MOLYNEUX M. **Mobilization without Emancipation?** Women’s interests, the state, and revolution in Nicaragua. 1985

¹⁸⁴ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda.** Georgia State University, 2008 P.1

empenhados em erradicar as dificuldades que impossibilitam a participação feminina na tomada de decisão.¹⁸⁵

Em se tratando de qualidade de vida, Ruanda apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Em 2014 apresentou um IDH de 0,48 bem como baixo índice de qualidade democrática, registrando, em 2015, uma taxa de apenas 3,07, - sendo 0 o menos democrático e 10 o mais democrático-.¹⁸⁶ Apesar disso, conseguiu repensar e desenvolver uma política que pensa gênero como fator primordial para o progresso da nação. No que tange a construção da democracia em si, esta encontra algumas dificuldades como a redução da subordinação e a criação de uma sociedade mais democrática. Permeia a sociedade um sistema estrutural de tratamento patriarcal que, na maioria dos casos, resulta na dependência das mulheres aos homens, mantendo as desigualdades e vulnerabilidade dessa relação.¹⁸⁷ Em Ruanda ainda é possível identificar desvantagens econômicas e mesmo políticas entre as mulheres. Tal fator fica mais evidente no acesso à educação. Como exemplo, 25% das mulheres nunca tiveram acesso à escola ou algum centro educativo contra 17% dos homens.¹⁸⁸ Segundo os autores,

O acesso a recursos e o reconhecimento do valor e da capacidade dos indivíduos para definir a própria vida variam segundo suas características e sua posição nas relações de poder, entre elas o gênero. Desigualdades estruturais impactam as possibilidades de autodefinição e as oportunidades disponíveis para as pessoas.¹⁸⁹

No que tange às oportunidades empregatícias, a situação atinge maiores disparidades. Atualmente as mulheres sustentam 34.6 % dos empregos do setor público comparado com 65.4 % dos homens.¹⁹⁰ As mulheres acabam se concentrando sumariamente nos setores agrícolas, sendo a grande parcela desses trabalhadores. Considerando a discriminação ainda existente, as mulheres sofrem ainda mais para conseguir o direito às terras e o acesso ou controle de certos insumos necessários ao seu trabalho.¹⁹¹

¹⁸⁵ CONSTITUTIONNET. Constitutional History of Rwanda.

¹⁸⁶ KNOEMA, op. cit. 2015.

¹⁸⁷ MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Autonomia, Dominação e Opressão**. Apud: Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014

¹⁸⁸ IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction: Experience of Rwanda**. S.D.

¹⁸⁹ MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Autonomia, Dominação e Opressão**. Apud: Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap 7. P. 2

¹⁹⁰ TRIPP, Aili Mari, 2004. **'Quotas in Africa'**, in Julia Ballington (ed.). *The Implementation of Quotas: Africa Experiences*, Stockholm: International IDEA. P. 97

¹⁹¹ TRIPP, Aili Mari, 2004. **'Quotas in Africa'**, in Julia Ballington (ed.). *The Implementation of Quotas: Africa Experiences*, Stockholm: International IDEA. P. 97

O artigo nono da constituição de 2003 expõe algumas provisões fundamentais a respeito dos direitos humanos. Um deles está diretamente relacionado à eliminação de qualquer forma de discriminação contra a mulher, além de mencionar a igual importância da erradicação de divisões étnicas, regionais, a importância de um Estado democrático pluralista na qual haja garantia de pelo menos 30% dos assentos de liderança nos corpos políticos destinado as mulheres.¹⁹²

Desta forma, os artigos 54 e 76 negam a discriminação de qualquer tipo, estabelecendo a necessidade de incentivar a participação de todos nas organizações políticas, e a necessidade de 24 membros da Câmara dos deputados serem mulheres. Tais constatações são vistas em termos de gênero, mas no que diz respeito às diferenças étnicas, a liberdade de expressão já não é claramente garantida. De acordo com este paradigma, o processo de transição democrática passa por uma série de etapas distintas: abertura, avanço e consolidação.¹⁹³

Para os ruandeses, democracia seria mais compreendida no sentido de implantar a mudança na sociedade, de garantir a qualidade de vida para a população, gerar empregos, infraestrutura e segurança. As críticas por fora da realidade ruandesa são entendidas como desatentas para com as peculiaridades culturais do país.¹⁹⁴ No entendimento do presidente, o melhor seria procurar entender a política ruandesa a partir de uma perspectiva interna do país.¹⁹⁵ Na verdade, o presidente entende que ao usar as mulheres como parte de seu programa de desenvolvimento, o retorno será maior, na medida em que elas compõe mais da metade da população, sendo também importante capital de trabalho para o país.¹⁹⁶

Porém, apesar de todas as políticas implantadas, algumas críticas são feitas contra o presidente Paul Kagame, afirmando que ele incentiva a liderança feminina não pelo compromisso com a igualdade de gênero mas para conquistar a confiança da maioria. A

¹⁹² Rwanda's Constitution of 2003, 2016.

Disponível em: < https://www.constituteproject.org/constitution/Rwanda_2010.pdf>

¹⁹³ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, 2008, P.6

¹⁹⁴ HERNDON & RANDELL, 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

¹⁹⁵ MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016, P. 82

¹⁹⁶ UWINEZA & PEARSON 2009; DEBUSSCHER & ANSOMS 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

literatura feminista sugere que em contextos não democráticos, institutos e incentivos às políticas de gênero podem fazer parte de um objetivo maior a fim de promover uma performance mais legítima para o seu governo.¹⁹⁷ Também há a crítica da utilização das mulheres como ferramenta para seus (do presidente) próprios objetivos na agenda¹⁹⁸ além de afirmar que a política de gênero está na moda e por isso é utilizada como forma de conseguir melhorar o orçamento nacional do país.¹⁹⁹ Tais críticas na verdade revelam a existência da insatisfação com os resultados alcançados, deslegitimando-os ao modo que denigre o próprio papel das mulheres, uma vez que são entendidas como manipuláveis, atores dispensáveis no sistema.

Apesar dos ganhos legislativos descritos aqui, Burnet (2008) afirma que Ruanda tornou-se autoritária ao tentar se legitimar como um estado democrático.²⁰⁰ Ela argumenta que, por isso, apesar do aumento da representação das mulheres, seu poder e influência realmente diminuíram. No entanto, a própria autora argumenta que, a longo prazo, a maior visibilidade e presença das mulheres nas instituições irá preparar o caminho para uma representação substantiva futura. O problema é que este argumento ao assumir que a liderança de Ruanda é dominada por homens, constata que, por conta disso, as mulheres não são influentes.²⁰¹ O que falta nesse argumento é o reconhecimento de que alguns desses funcionários podem incluir mulheres que estão dispostas a participar no processo de tomada de decisão, relegando as mulheres para a categoria de vítimas.²⁰²

O contributo da mulher ruandesa para reconstruir o país após o genocídio é hoje parte da narrativa pública de Ruanda.²⁰³ O presidente Kagame e os funcionários do governo promovem este discurso, alegando que não só as mulheres, mas também os homens são

¹⁹⁷ ADAMS, 2007 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016

¹⁹⁸ POWLEY, Elizabeth. **Rwanda: Woman Hold Up Half the Parliament**, 2006. Disponível em: <<http://www.idea.int/publications/wip2/upload/Rwanda.pdf>>

¹⁹⁹ DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016

²⁰⁰ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda.** Georgia State University, 2008

²⁰¹ BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda.** Georgia State University, 2008

²⁰² MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016 P.55

²⁰³ UWINEZA & PEARSON 2009; DEBUSSCHER & ANSOMS 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016

sensíveis às questões de gênero.²⁰⁴ Com isso, o governo ruandês procura realizar e aplicar políticas que reconheçam a desigualdade de poder entre os gêneros, mas que de certa forma, legitime políticas específicas para as mulheres uma vez que são elas quem se encontram em condições mais desfavorecidas na sociedade, sentindo a violência do patriarcado. Um desses incentivadores da transformação seria justamente a implementação da política de cotas.

4.2.1 Política de Cotas

Muitos países tem chamado a atenção devido à implementação de novas políticas de gênero em suas sociedades e a forma como isso afetou diretamente seus índices de igualdade. Como ponto de partida, Ruanda é um bom exemplo por se tratar de um caso de sucesso no continente africano. Em 2003, a média mundial de membros parlamentares mulheres representava apenas 15,2%, dado que neutraliza a forte discrepância existente entre as diferentes regiões do mundo.²⁰⁵ Os países nórdicos ostentavam os melhores índices, enquanto que os países árabes possuíam os piores, e a África se posicionava próximo à média mundial, não passando de 15%.²⁰⁶

Nas últimas duas décadas, o continente africano vem experimentando crescimento nos níveis de igualdade de gênero no que tange a representação política feminina nos parlamentos. Ruanda se destaca com 63.8%, seguida pelo Senegal com 42.7%, África do Sul com 41.4% e Moçambique com 39.6%, estando entre os 15 primeiros lugares do ranking da participação feminina no parlamento de acordo com os levantamentos da *UN Women* de 2015.²⁰⁷ Este rápido crescimento é fruto da implementação da política de cotas em muitos desses países.

Sobre os partidos políticos no país, a Frente Patriótica Ruandesa opera atualmente junto à coalizões, e tem feito do empoderamento das mulheres um dos seus marcos principais, uma vez que essa bandeira foi incluída em seus programas pós-genocídio de

²⁰⁴ POWLEY, Elizabeth. Rwanda: **Woman Hold Up Half the Parliament**, 2006. P. 59

²⁰⁵ TRIPP, Aili Mari, 2004. 'Quotas in Africa', in Julia Ballington (ed.). *The Implementation of Quotas: Africa Experiences*, Stockholm: International IDEA. P.16

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ WOMAN IN POLITICS, 2015. S.d. Disponível em: <<https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2016-07/women-in-politics-2015>>. Último acesso em 31/10/2017

reconstrução.²⁰⁸ Como parte do novo modelo de governança, o ponto 3.3.4 do Plano de Estratégia Nacional promovido em março de 2002, o governo reconhecia que, para haver uma sociedade mais participativa, seria necessário a implementação de igualdade de gênero.²⁰⁹ Para tal, algumas estratégias foram implantadas como a promoção da educação feminina, a participação feminina na tomada de decisão e outros processos estruturais.

A questão das cotas é uma discussão delicada que deve ser bem refletida quando adotada por um Estado. Atualmente, em Ruanda, as ideologias dominantes são de unidade e reconciliação.²¹⁰ Desde de 1994 há uma preocupação em reconciliar toda a população do país. Logo após o genocídio, as mulheres se tornaram maioria, sendo então necessária sua atuação em peso para se atingir os objetivos de desenvolvimento. Isso fez com que a maioria buscasse conquistar papéis de liderança antes mesmo do sistema de cotas ser adotado pela constituição de 2003.²¹¹

Por meio da nova constituição, Ruanda garante constitucionalmente 30% dos assentos parlamentares para as mulheres.²¹² Mas só a quantidade não é suficiente, qualidade também deve ser um ponto importante na hora de analisar a transformação na sociedade Ruandesa. Um exemplo é que um número maior de mulheres no parlamento não resulta necessariamente em mudanças políticas nas democracias nascentes.²¹³ Uma das maiores críticas feitas ao sistema de cotas em Ruanda está na questão das vagas que podem ser usadas como simples forma de legitimação do partido. No entanto, justamente por estarem de acordo com as normas internacionais, terminam ganhando a confiança dos candidatos e das próprias mulheres interessadas, gerando resultados positivos para todos. Dessa forma, as cotas e as legisladoras modificam o entendimento do público sobre o governo e sobre a representação.

²⁰⁸ RWANDAN GOVERNMENT, 2001. S.d. Disponível em: <https://workmall.com/wfb2001/rwanda/rwanda_government.html> Último acesso em 31/10/2017

²⁰⁹ REPUBLIC OF RWANDA, 2010 s.d. P. 26 Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/rw/rw033en.pdf>>. Último acesso em: 31/10/2017

²¹⁰ HERNDON & RANDELL, 2013 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

²¹¹ TRIPP, Aili Mari, 2004. 'Quotas in Africa', in Julia Ballington (ed.). *The Implementation of Quotas: Africa Experiences*, Stockholm: International IDEA.

²¹² KROOK, Lena; CHILDS, Sarah. **Critical Mass Theory and Women's Political Representation**. Political Studies vol. 56. 2008

²¹³ JISO, Yoon. **The Impact of Gender Quotas**. Cambridge University, 2012. P. 159

Outro problema é o caso do tratamento diferenciado a quem ocupa as cadeiras reservadas, na qual há o estigma de que elas só ocupam tais assentos por serem mulheres.²¹⁴ Outro estigma seria a questão das próprias vagas reservadas, que poderiam impedir as mulheres de concorrer aos assentos livres, sendo essas interpretadas como assentos para os homens, haja vista a existência de cotas para as mulheres, no entanto, isso não acontece.²¹⁵ Na verdade, é através da combinação de assentos reservados, ao mesmo tempo em que coloca as mulheres em listas fechadas de candidatos, que as parlamentares em Ruanda atribuem seu alto nível de representação.²¹⁶ Com outras palavras, é devido à combinação dos 30% dos assentos reservados mais o sistema 50/50 da lista dos candidatos nacionais que fez com que Ruanda conquistasse a maior representação feminina na política do mundo.²¹⁷

Na literatura sobre gênero e política, fatores de oferta em relação à participação política destacam características pessoais como ambição, interesse, conhecimento, recursos como tempo e dinheiro, redes, habilidades e educação das mulheres no geral. Estes são os fatores que determinam sua adequação e disponibilidade para cargos políticos, ou seja, a oferta ou disponibilidade de mulheres para liderança política é afetada pela socialização de gênero, que afeta amplamente seu interesse, ambição, habilidades e conhecimento.²¹⁸

A Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas de 1990 defende a necessidade de pelo menos 30% de representação feminina nas legislaturas nacionais e nas posições de tomada de decisão. Esses 30% é conhecido como “massa crítica”²¹⁹ e é tido como um dos mecanismos mais importantes no qual, coletivamente, pode ser útil em representar os interesses das mulheres.²²⁰ Nesse sentido, esses 30% tem mostrado que mudanças na agenda política visando maior sensibilidade de gênero têm sido implantadas.²²¹

A participação feminina na política em Ruanda antecede as políticas de gênero mais recentes. Ainda no governo de transição, 46% dos parlamentares da Frente Patriótica de

²¹⁴ MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016

²¹⁵ KROOK, 2008. Op. cit.

²¹⁶ MOROLEJE, Op. cit, 2016

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ KUNOVICH et al., 2007 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016

²¹⁹ Do inglês, “critical mass”.

²²⁰ POWLEY, Elizabeth. Rwanda: **The Impact of Woman Legislators on Policy Outcomes Affecting Children and Families.** The State of The World’s Children. 2007.

²²¹ FESTER, 2007 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss.** Barbara Budrich Publishers, 2016

Ruanda eram mulheres. De 1999 em diante, houve uma clareza sobre os interesses políticos por meio do “Vision 2020”²²² em intensificar o acesso das mulheres ao processo de tomada de decisão.²²³ Dito isso, observa-se que de fato há um compromisso do partido em incluir mulheres em todos os níveis de representação política. Isso implica dizer que, no geral, as mulheres tem sido escolhidas não como meros símbolos de igualdade, mas como atores legítimos. Burnet (2008) acredita que a representação deve impactar para além das novas gerações. As mulheres percebem que há maior respeito dentro de suas comunidades, além de terem ganhado maior poder de decisão dentro de suas próprias casas, acesso a papéis de liderança, maior nível de educação, recebendo maior visibilidade no geral. Isso foi uma conquista não só dos resultados da influência mas também das políticas continuadas por parte do governo ruandês.

A princípio, a maioria dos governos apoiam a ideia de balanço de gênero na esfera política.²²⁴ Mesmo assim, existem controvérsias nos debates. As posições contrárias à política de cotas afirmam que esta é só mais uma forma de perpetuar a discriminação e de violar o princípio da justiça.²²⁵ No entanto, a real questão desta política é apostar num modelo que vise o equilíbrio das diferenças de oportunidade entre os sexos, procurando compensar algumas barreiras estruturais do sistema patriarcal e estimular uma participação mais balanceada.

Como afirma Biroli (2014), a crítica feminista surge com o intuito de analisar a suspensão das relações de poder na esfera privada, sendo assim, “o entendimento do que se passa na *esfera pública* é deficiente, nesse caso, porque ficam suspensas e mal compreendidas as conexões entre as posições e as relações de poder na vida doméstica, no mundo do trabalho e na esfera dos debates e da produção das decisões políticas.”²²⁶ Se reconhecermos as barreiras que as mulheres encontram na esfera privada, por exemplo - que as impedem de participar da vida política -, as cotas irão surgir como meio de promover a

²²² “Vision 2020” é um programa desenvolvido pelo governo para o desenvolvimento de Ruanda, apresentando as principais prioridades e fornecendo aos ruandeses uma ferramenta orientadora para o futuro. Ele apoia uma clara identidade ruandesa, enquanto mostra ambição e imaginação na superação da pobreza e da divisão. Rwanda vision 2020. Republic of Rwanda, Ministry of Finance and Economic Planning, 2000.

²²³ KANTENGWA, M.J., 2010. **The Will to Political Power: Rwandan Women in Leadership**. IDS Bulletin, 41(5), P.72–80

²²⁴ POWLEY, Elizabeth, 2003. **Strengthening Governance: The Role of Women in Rwanda’s Transition**. Washington, DC: Women Waging Peace; e Powley, Elizabeth, 2005.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Autonomia, Dominação e Opressão**. Apud: Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014

igualdade, a justiça e a compensação de diferenças. Quando esses impedimentos forem removidos, ao longo do tempo, as cotas não serão mais necessárias, pois as estruturas da sociedade já teriam sido modificadas.²²⁷

Os responsáveis por coordenar este cenário político são os próprios partidos que muitas vezes controlam o processo de nomeação.²²⁸ Mulheres tem demandado metade dos assentos nos comitês de nomeação e no partido que lidera a fim de influenciar o processo decisório. A decisão entre introduzir ou não as cotas no sistema, entra, muitas vezes, na discussão sobre as influencias das pressões e recomendações internacionais, e pelo desenvolvimento em diferentes contextos nacionais. Muitas dessas políticas de gênero estão sendo implementadas principalmente em países com histórico de exclusão feminina na política, bem como em Estados com maior proporção feminina na qual possuem papel fundamental.²²⁹

Nesse sentido, as cotas devem ser introduzidas em países preocupados com um sistema político democrático independentemente de serem sistemas de liberdade democrática limitada, ou, até mesmo autoritárias, já que o objetivo seria promover um bom índice de governança nacional.²³⁰ Alguns sistemas de cotas são construídos com base neutra de gênero, isto é, corrigindo a sub-representação de ambos homens e mulheres. A cota de 50 por 50 demonstra a busca pela neutralidade de gênero.²³¹ Nesse caso, a ideia seria de que “uma ‘cota dupla’ não só exige uma certa proporção de mulheres em uma lista eleitoral, mas também impede que as candidatas sejam colocadas no final da lista com poucas chances de serem eleitas”.²³²

O argumento teórico de que a representação descritiva afeta a representação substantiva foi feito por Stuart Mill (1861) em sua publicação ‘Considerações Sobre o Governo Representativo’, onde ele argumenta que "na ausência de seus defensores naturais, o interesse dos excluídos está sempre em perigo de ser negligenciado".²³³ Então seguindo essa lógica, Jiso Yoon (2012) esclarece três tipos importantes de representação política: a

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ POWLEY, Op. cit. **Woman Hold Up Half the Parliament**, 2006. P. 95

²²⁹ POWLEY, Op. cit. 2006.

²³⁰ TRIPP, Aili Mari, 2004. ‘**Quotas in Africa**’, in Julia Ballington (ed.). *The Implementation of Quotas: Africa Experiences*, Stockholm: International IDEA. P.96

²³¹ Ibidem

²³² IDEA, **The Implementation of Quotas: African Experiences**. 2004, P. 98

²³³ GUARISO, Andrea; Ingelaere, Bert; Verpoorten, Marijke (2017) : **Female political representation in the aftermath of ethnic violence: A comparative analysis of Burundi and Rwanda**, WIDER Working Paper, No. 2017/74 P.5

representação descritiva que é entendida como o número e os tipos de mulheres eleitas, a representação substantiva, que é conceituada como sendo a forma e o conteúdo da formulação de políticas e, finalmente, a representação simbólica, que é teorizada como atitudes do público em relação às mulheres na política e nas tendências no engajamento político dos constituintes femininos”²³⁴

O sistema eleitoral tem uma forte relação com a representação política das mulheres, e países com o sistema de representação proporcional²³⁵ são mais relacionados com as melhores médias, muitas vezes com o dobro da representação se comparado com outros sistemas políticos. As políticas de cotas são utilizadas em 21 países africanos, dos quais, duas categorias são principais: os assentos reservados às mulheres ou nomeações; e as cotas voluntárias dos partidos.²³⁶ Outro fator crucial foi a mobilização das mulheres e recomendações das organizações regionais e internacionais na luta pela promoção das cotas. De acordo com a Kanakuze, “a vontade política dos líderes partidários é fundamental para o êxito da implementação das cotas.”²³⁷ Contudo é preciso maiores informações a fim de ter propriedade sob os efeitos das cotas no que tange a possível condução das mulheres ao empoderamento.

No livro da Moroleje (2016) intitulado *Women Political Leaders in Rwanda and South Africa*, discute-se a trajetória política das mulheres ruandesas no pós genocídio e sul africanas por meio de entrevistas, buscando examinar seus contextos educacionais, profissionais e pessoais. Neste livro foi possível observar, por meio das entrevistas realizadas com as parlamentares, que de fato houve uma mudança, pois se sentem satisfeitas e confortáveis com o ambiente de trabalho, também sentem o respeito crescente dos colegas além da efetiva participação das mulheres.²³⁸ Um dos maiores obstáculos a ser enfrentado é o papel e a força que a cultura tem na sociedade, particularmente da esfera privada, que é o mais problemático para as mulheres que querem exercer seus direitos pois encontram

²³⁴ JISO, Yoon. **The Impact of Gender Quotas**. Cambridge University, 2012. P. 158 Disponível em : <
http://www.igs.ocha.ac.jp/igs/IGS_publication/journal/17/17.pdf#page=158>

²³⁵ No entanto, segundo Bobbio, “A representação proporcional [...], atribui ao partido um papel excessivo que obstaculiza a relação eleitor-representante, e, manipulando as designações dos candidatos, limita a vontade do eleitorado.” Para saber mais ver: *BOBBIO*, Norberto, *MATTEUCCI*, Nicola e *PASQUINO*, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004. *BURKE*, Peter.

²³⁶ IDEA, **The Implementation of Quotas: African Experiences**. 2004 P. 98

²³⁷ *Ibidem*, P.98

²³⁸ MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016 P.44

obstáculos culturais como as tradições.²³⁹ Alguns políticos, especialmente mulheres, usam a cultura e a tradição como argumentos para determinadas reformas. Nesse sentido, mesmo que as leis tenham sido alteradas, a adesão da cultura e das tradições patriarcais podem conter a efetividade do empoderamento efetivo das mulheres.²⁴⁰

A luta não é apenas fazer com que as mulheres ganhem mais visibilidade, mas fazer com que o trabalho e o impacto das mulheres sejam reconhecidos e percebidos na sociedade, legitimando sua participação. Dessa forma, Powley (2006) argumenta que as parlamentares não querem ser vistas apenas como exemplos, mas querem ser sentidas pela sua competência.²⁴¹ Para isso, o empoderamento e a igualdade de gênero precisam ser mais trabalhados em todos os setores da sociedade, pois acredita-se que tendo mais mulheres na política, será possível encorajar outras mulheres a fazer o mesmo e impactar positivamente a percepção da política nas próximas gerações. Isso pode ser uma das explicações pelas quais os níveis de representação em Ruanda são como são hoje. Isso prova a forte mudança no imaginário das mulheres sobre a sua própria capacidade e competências.²⁴²

Em fevereiro de 2007, o Fórum das Mulheres Parlamentares Ruandesas organizou uma conferência internacional intitulada "Gênero, Nação: o papel dos parlamentos". Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, esta conferência levou mais de 400 delegados de todo o mundo a capital do país para discutir o papel dos parlamentos na promoção da igualdade de gênero como componente fundamental do desenvolvimento.²⁴³

A decisão do governo de incluir as mulheres na governança do país foi baseada em diversos fatores como a necessidade de se incluir a maior parcela da população no período do pós genocídio em prol da reconstrução do país, gerando a necessidade de se implantar por meio da reestruturação política, um sistema capaz de integrar as mulheres e empoderá-las tanto no âmbito público quanto no privado. Para isso o governo implementou um quadro legal que permite os conselhos nacionais das mulheres oferecer um fórum através do qual as mulheres possam trocar ideias e opiniões sobre questões nacionais e sobre o

²³⁹ FESTER, 2007 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016

²⁴⁰ GUARISO, Andrea; Ingelaere, Bert; Verpoorten, Marijke (2017) : **Female political representation in the aftermath of ethnic violence: A comparative analysis of Burundi and Rwanda**, WIDER Working Paper, No. 2017/74 P. 5

²⁴¹ POWLEY, Elizabeth. Rwanda: **Woman Hold Up Half the Parliament**, 2006.

²⁴² MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016. P. 42

²⁴³ United Nations Development Programme. **Rwanda**. Disponível em: <http://www.unrwanda.org/>

desenvolvimento geral do país. Tal envolvimento proporcionou uma plataforma para defender a inclusão das mulheres durante a fase de transição, além de consolidar seus ganhos com a nova constituição.²⁴⁴

Por fim, propagar a inclusão e a representatividade feminina é importante visto que é preciso garantir sua autonomia, sendo mais provável que as mulheres atendam às reais demandas específicas dos problemas relacionados ao universo da mulher. Portanto, através de políticas públicas responsáveis por melhorar o cotidiano das mulheres, poder-se-ia favorecer o aumento do bem-estar de toda a população, que apresentaria melhores condições de saúde e educação, oferecendo oportunidades mais justas. Por conseguinte, haveria também melhor concorrência nos espaços de decisão e controle social, viabilizando a redução dos efeitos da violência gerada pelo patriarcado.

²⁴⁴ POWLEY, Op. Cit. 2006. P. 159

CONCLUSÃO

Por meio do desenvolvimento das perspectivas feministas atreladas ao estudo das políticas africanas, o debate tomou forma e ganhou espaço nas estruturas reais de alguns governos. Com este trabalho, foi possível identificar algumas conquistas e desafios persistentes dentro da questão representatividade feminina na política ao longo do processo de modificação estrutural do governo ruandês, que por meio de instrumentos políticos, convenções e movimentos organizados em prol da igualdade de gênero no período pós-genocídio, as mulheres ganharam maior visibilidade, conquistando mais espaço e liberdade social.

Apesar das dificuldades de acesso à educação, requisito básico para o incentivo ao interesse pelas atividades públicas, as mulheres atuam por meio de organizações formais e informais, ajudando e abrindo espaço para que cada vez mais as mulheres tenham oportunidade de se expressar e de se desenvolver seguindo o caminho para o fim do patriarcado - uma das formas de violência - ao encontro da paz.

Num país democrático, desentendimentos sobre as políticas implantadas são recorrentes, como no caso do sistema de cotas para as mulheres. Tais controvérsias se estabelecem principalmente por se tratar de uma política recente, cabendo continuar com os debates sobre sua implicação para a democracia e desenvolvimento do país. Dessa forma, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres vão além do que se é percebido na esfera privada. Estes problemas também se inserem no próprio âmbito de sua representação, tais como a diferença das mulheres que entram na política por meio das cotas e das que entram pela ampla concorrência. Ainda é preciso superar estereótipos sobre as suas capacidades e competências como líderes.

A igualdade de gênero ainda encontra desafios no que tange a real ascensão nos padrões de vida das mulheres, que enfrentam dificuldades ainda maiores no âmbito doméstico. É preciso sair do *status quo* a fim de erradicar as desigualdades existentes perpetuadas pelo sistema patriarcal em que vivemos. Assim, mudar o sistema político é um avanço no sentido de ser o começo, ao menos no setor público, já que a estagnação da vida privada segue como um desafio. A esperança é que a partir dos estímulos e incentivos públicos, uma nova mentalidade consciente e sensível à igualdade de gênero transborde para

a vida privada, uma vez que mudar atitudes e estilos de vida individuais é muito mais complexo.

Por fim, Ruanda definiu seus objetivos de modo específico, designando ministérios, leis, e conselhos responsáveis por atingir melhores níveis de transparência e responsabilidade com relação às políticas de gênero. Isso por si só não garante qualidade, mas a quantidade já é um meio para se chamar atenção para o tema. Mas apesar de tudo, alguns avanços foram percebidos através das leis que ajudaram a garantir direitos às mulheres, como herdar propriedades ou ter acesso ao crédito sem precisar da permissão masculina. As percepções sobre liderança também vem mudando no país, sendo a política não mais um domínio dos homens.

Dessa forma, a utilização dos estudos feministas, juntamente com as perspectivas do estudo de paz, embasam o caso da participação feminina na política de Ruanda na medida em que questionam e buscam esclarecer como se configura a questão da igualdade de gênero e a dinâmica das relações de poder, apontando para a necessidade de se analisar conflitos que também ocorrem dentro da esfera doméstica.

Como ponto de partida, problematizar alguns aspectos fundamentais dentro da máquina política bem como sua relação com a sociedade é de fundamental importância para se chegar a paz duradoura. Como propósito geral, o tema gênero precisa ser debatido a fim de superar as desigualdades de poder que são proporcionados principalmente pelas tradições do sistema patriarcal. É preciso, portanto, quebrar com determinados estigmas relacionados ao gênero e, assim, oferecer oportunidades iguais para todos, eliminando abusos e violências contra as mulheres.

É inegável que houve avanços na agenda feminista nos últimos anos em Ruanda, no entanto é imprescindível continuar a luta por uma mudança social mais profunda e inclusiva. Tal processo acontece de modo gradual, mas que se bem executado será de grande valor para a sociedade ruandesa, servindo de modelo para os estudos de gênero e influenciando o contexto social pela promoção de maiores níveis de igualdade e justiça, elementos centrais para a promoção de uma sociedade pacífica.

REFERÊNCIAS

5TH WOMEN'S WORLD CONFERENCE. **World Conference on Women**. Nairobi, 1985. Disponível em: < http://www.5wwc.org/conference_background/1985_WCW.html >. Último acesso em: 19/08/2017.

ABBOTT, Pamela. **The Promise and the Reality: Women's Rights in Rwanda**. Rwanda, 2015.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: revisitando o debate**. Pisc. Clin., Rio de Janeiro, vol. 17, n.2, 2005. P.41 – 52.

BAUER, Gretchen; BRITTON, Hannah. **Women in African Parliaments**, 2005. Cap. 6.

BOAVENTURA, de Sousa Santos. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**, 1994.

BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, 2008.

BUZAN, Barry e HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012. Cap. 7.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.2, 1997. Cap. 4.

CONFORTINI, Catia. C. GALTUNG. **Violence, and Gender: The Case for a Peace Studies/Feminism Alliance**. Pace&Change, Vol. 31, No. 3, 2006. P. 5.

CONSTITUTIONNET. **Constitutional History of Rwanda**. Disponível em: <<http://www.constitutionnet.org/country/constitutional-history-rwanda>>. Último acesso em: 23/08/2017

CYFER, Ingrid. **Feminismo, identidade e exclusão política em Judith Butler e Nancy Fraser**. Idéias, Campinas, SP, 2017.

DAGNE, Ted. **Rwanda: Background and Current Developments**, 2011. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R40115.pdf>>. Último acesso em: 20/10/2017.

DEMOGRAPHIC YEARBOOK, 2016. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dyb2.htm>>. Último acesso em: 07/11/2017.

DEVLIEN, Claire; ELGIE, Robert. **The Effect of Increased Women's Representation in Parliament: The Case of Rwanda**. Parliamentary Affairs Vol. 61 No. 2, 2008.

DUTERIMBERE IMF. S.d. Disponível em: <<http://duterimberemf.co.rw/spip.php?article19>>. último acesso em: 16/10/2017.

ERTAN, Senem. **Gender Equality Policies in Authoritarian Regimes and Electoral Democracies**. University of Siena, 2012.

FESTER, 2007 apud MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016.

FMO. **The 'New Rwanda': 1994-present**. Disponível em: <<http://www.forcedmigration.org/research-resources/expert-guides/rwanda/the-new-rwanda-1994-present>>. Último acesso em: 31/10/17.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2017**. Rwanda. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/rwanda>>. Último acesso em: 07/11/2017.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means**, 1996.

GENDER INDEX - **Development Center**. Rwanda. Disponível em: <<http://gmo.gov.rw/index.php?id=21>>. Último acesso em: 11/10/2017.

GERSCHEWSKI, 2013. Apud TREMBLAY, Manon. **Democracy, Representation, and Women: A Comparative Analysis**, Democratization, 2007.

GOETZ, A.M., Cueva-Beteta, H., Eddon, R., Sandler, J., Doraid, M., Bhandarkar, M., Anwar, S. & Dayal, A. **Who Answers to Women?** Gender & Accountability United Nations Development Fund for Women, 2009.

GUARISO, Andrea; Ingelaere, Bert; Verpoorten, Marijke. **Female political representation in the aftermath of ethnic violence**: A comparative analysis of Burundi and Rwanda, Wider Working Paper, no. 2017/74, 2017. P. 5.

HANSEN, Lene. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. **Gender Matters: A feminist Introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010.

HAPEREN, Maria Van. **The Rwandan Genocide**, 1994.

HUGGINS, A.; RANDELL, S. K. **Gender equality in education in Rwanda**: what is happening to our girls?" in South African Association of Women Graduates Conference on "Drop-Outs from School and Tertiary Studies: What Is Happening to Our Girls?", Cape Town, South Africa, 2007.

HUMANS RIGHTS WATCH/AFRICA. **Sexual Violence during the Rwandan Genocide and it's Aftermath**. 1996. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/1996/Rwanda.htm>>. Último acesso em 19/08/2017.

IDEA. **The Implementation of Quotas**: African Experiences, 2004.

INTER-PARLIAMENT UNION (IPU). **Equality in Politics**: A Survey of Woman and Men in Parliaments. Reports and Documents N° 54, 2008. Disponível em: <<http://www.ipu.org/pdf/publications/equality08-e.pdf>>. Último acesso em 20/10/2017.

_____, 2016. **'Rwanda Leads World Ranking of Women in Parliament'**. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>> Último acesso em: 20/10/2017.

IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Woman in Reconstruction**: Experience of Rwanda. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/Role-Women-Rwanda.pdf>>. Último acesso em: 20/10/2017.

JEAN, Moise. **The Rwandan Genocide**: The True Motivations for Mass Killings. Disponível em: <<http://history.emory.edu/home/documents/endeavors/volume1/Moises.pdf>>. Último acesso em: 20/10/2017.

JISO, Yoon. **The Impact of Gender Quotas**. Cambridge University, 2012. P. 158
Disponível em : <
http://www.igs.ocha.ac.jp/igs/IGS_publication/journal/17/17.pdf#page=158>. Último
acesso em: 22/10/2017.

JOEDEN-FORGEY, 2012 apud RAFTER, Nicole; BELL, Kristin A. **Gender and Genocide**. Northeastern University, Boston. S.d.

JOHN, 2006 apud PERDIGÃO, Ana R. R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz**. O caso do Afeganistão, 2012.

JONES, Bruce. Peacemaking in Rwanda. **The Dynamics of Failure**. Boulder: Lynne Rienner, 2001.

KAGAME, Paul. Discurso oficial de 1999.

KANTENGWA, M.J., 2010. **The Will to Political Power: Rwandan Women in Leadership**. *IDS Bulletin*, 41(5), P. 72–80.

KELLEY, Jennifer M. **The Evolution of Pro-Femmes/Twese Hamwe: Women, Peace, and Political Development in Rwanda, 1992 – Present Day**. *The Pardee Periodical Journal of Global Affairs*, Volume II, 2017.

KNOEMA. Atlas Mundial de Dados. **Índice de Democracia**. 2015. Disponível em: <
<http://pt.knoema.com/atlas/Ruanda/%C3%8Dndice-de-democracia>>. Último acesso em:
23/10/2017.

KROOK, Lena; CHILDS, Sarah. **Critical Mass Theory and Women’s Political Representation**. *Political Studies* vol. 56, 2008.

MACKINNON, Catharine. **Crimes of War Crimes of Peace**. On Human Rights, 1993.

MARTINS, Eneida Valarini. **A Política de Cotas e a Representação Feminina na Câmara dos Deputados**, 2007.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Autonomia, Dominação e Opressão**. Apud: *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap. 7.

MOLYNEUX M. **Mobilization without Emancipation?** Women's interests, the state, and revolution in Nicaragua, 1985.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais: Uma Crítica Ao Discurso Tradicional De Segurança**, 2010.

MOROLEJE, Naleli. **Women Political Leaders in Rwanda and South Africa: Narratives of Triumph and Loss**. Barbara Budrich Publishers, 2016.

NATIONAL GENDER STATISTIC REPORT 2016. Disponível em: <<http://www.statistics.gov.rw/publication/national-gender-statistics-report-2016>>. Último acesso em: 31/10/2017.

NDSHIRO, Edwin. **44% Women on RPF Parliamentary list**. The New Times, 2008. Disponível em: < <http://www.newtimes.co.rw/section/read/40377/>>. Último acesso em: 30/10/2017.

NEWBURY, Catharine; BALDWIN, Hannah. **Aftermath: Women's Organizations in Postconflict Rwanda**. Working Paper No. 304. 2000.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Editora Campus, São Paulo, 2005.

OFFICIAL WEBSITE OF THE REPUBLIC OF RWANDA. **History about Rwanda**. Billy Batware, MA Peace and Conflicts Studies European Peace University, Austria, 2012. Disponível em: < <http://www.rwandahope.com/rpfhistory.pdf>>. Último acesso em: 24/10/2017.

PEARSON, Elizabeth; UWINEZA, Peace. **Sustaining Women's Gains in Rwanda: The Influence of Indigenous Culture and Post-Genocide Politics**. The Institute for Inclusive Security, 2009. Disponível em: < https://www.inclusivesecurity.org/wp-content/uploads/2012/08/1923_sustaining_womens_gains_nocover.pdf>. Último acesso em: 21/10/2017.

PERDIGÃO, Ana R. R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz**. O caso do Afeganistão, 2012.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Oxford, 1995.

POWLEY, Elizabeth, 2003. **Strengthening Governance: The Role of Women in Rwanda's Transition**. Washington, DC: Women Waging Peace; e Powley, Elizabeth, 2005.

_____. **Rwanda: Woman Hold Up Half the Parliament**, 2006. Disponível em: <<http://www.idea.int/publications/wip2/upload/Rwanda.pdf>>. Último acesso em: 20/10/2017.

_____. **Rwanda: The Impact of Woman Legislators on Policy Outcomes Affecting Children and Families**. The State of The World's Children, 2007.

_____. **Rwanda: Woman Hold Up Half the Parliament**. Disponível em: <<http://www.idea.int/publications/wip2/upload/Rwanda.pdf>>. Último acesso em: 25/10/2017.

REPUBLIC OF RWANDA MINISTRY OF FINANCE AND ECONOMIC PLANNING. **Rwanda Vision 2020**. Kigali, 2000. Disponível em: <<http://www.sida.se/globalassets/global/countries-and-regions/africa/rwanda/d402331a.pdf>>. Último acesso em: 20/10/2017.

REPUBLIC OF RWANDA, 2010 s.d. Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/rw/rw033en.pdf>>. Último acesso em: 31/10/2017.

_____. **National Action Plan 2009 – 2012**. The United Nations Security Council Resolution 1325/2000 on Women, Peace and Security, 2010.

_____. **Ministry of Gender and Family Promotion**. National Gender Policy. Final Version, 2010. Disponível em: <<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/94009/110188/F-1576743982/RWA-94009.pdf>>. Último acesso em: 29/10/2017.

REZENDE, Amanda. **Ruanda: Genocídio e Mídia**. As Relações Internacionais e a Comunicação Social. Brasília, 2011.

RWANDA GIRLS INITIATIVE. **Educate Girls in Rwanda**. Disponível em: <http://rwandagirlsinitiative.org/educate_girls_rwanda>. Último acesso em: 04/11/2017.

RWANDA: KEY HISTORICAL AND CONSTITUTIONAL DEVELOPMENTS. Disponível em: < <http://www.kituoachakatiba.org/sites/default/files/legal-resources/Rwanda%20Key%20Historical%20and%20Constitutional%20Developments.pdf> >. Último acesso em: 07/10/2017.

RWANDAN GOVERNMENT, 2001. S.d. Disponível em:< https://workmall.com/wfb2001/rwanda/rwanda_government.html> Último acesso em 31/10/2017

RWANDA'S CONSTITUTION OF 2003 WITH AMENDMENTS THROUGH 2010, 2016. Disponível em: < www.constituteproject.org >. Último acesso em: 02/10/2017.

RWANDA'S CONSTITUTION OF 2003. 2016 Disponível em: < https://www.constituteproject.org/constitution/Rwanda_2010.pdf>. Último acesso em: 10/10/2017.

RWANDAN ETHNIC CONFLICTS. **A Historical Look at Root Causes**. Disponível em: < <http://acuns.org/wp-content/uploads/2012/06/RwandanConflictRootCauses.pdf>>. Último acesso em: 04/11/2017.

SANTOS, Claudia. **Leitura de Gênero sobre os Estudos de Segurança Internacional**. Conjuntura Global, Vol. 4, n.2, maio/ago., 2015.

SANTOS, Silvana Mara Morais. OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Revista Katálys. Florianópolis v. 13 n. 1, 2010. P. 11 – 19.

SCHWARTZ, Helle. **Women's Representation in the Rwandan Parliament. An Analysis of Variation in the Representation of Women's Interests Caused by Gender and Quota**. Suécia, 2004.

SCOTT, Joan W. A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, vol. 91, no. 5, 1986. P. 1053-1075.

SEAGER, J. **The Penguin Atlas of Women in the World**. 4th Edition. Penguin Books, 2006.

SELLSTRÖM, Tor. **Historical Perspective: Some Explanatory Factors.** The International Response to Conflict and Genocide: Lessons from the Rwanda Experience. Uppsala, Sweden. S.d.

SHATTERED LIVES. **Sexual Violence during the Rwandan Genocide and its Aftermath.** Disponível em: < <https://www.hrw.org/reports/1996/Rwanda.htm>>. Último acesso em: 31/10/2017.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas Públicas e igualdade de gênero.** São Paulo, 2003.

STAYCEY, Justine. **Women Empowerment and Development: The Contribution of Parliamentary Gender Quotas and the Case of Rwanda.** Nova Scotia, 2013.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era,** 1994.

THE CONSTITUTION OF RWANDA, 1991. Disponível em: < <http://rwandahope.com/habyalimana.pdf>>. Último acesso em: 03/10/2017.

THE CONSTITUTION OF THE REPUBLIC OF RWANDA. Adotado em 2003. Disponível em: < <http://www.rwandahope.com/constitution.pdf>>. Último acesso em: 04/11/2017.

THE GUARDIAN. **Paul Kagame's Rwanda: African Success Story or Authoritarian State?** Disponível em: < <https://www.theguardian.com/world/2012/oct/10/paul-kagame-rwanda-success-authoritarian>>. Último acesso em: 17/10/2017.

THE JUSTICE AND RECONCILIATION PROCESS IN RWANDA. Published by the Department of Public Information, 2012. Disponível em: < <http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/pdf/bgjustice.pdf>>. Último acesso em: 14/10/2017.

THE NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION (NURC), 2005. Disponível em: < <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan031033.pdf>>. Último acesso em: 12/10/2017.

THE WORLD BANK. **Gender Data Portal**: Rwanda. Disponível em: <<http://datatopics.worldbank.org/gender/country/rwanda>>. Último acesso em: 04/11/2017.

_____. Global Monitoring Report. **Promoting Gender Equality and Women's Empowerment**, 2007.

_____. **Girl's Education in 21st Century**. Gender equality, empowerment, and economic growth, 2008.

TICKNER, J. A. **You Just Don't Understand**: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists". *International Studies Quarterly*, vol. 41, n. 04, 1997. P. 611-632.

TRIPP, Aili Mari. 'Quotas in Africa' apud Julia Ballington (ed.). **The Implementation of Quotas: Africa Experiences**. Stockholm: International IDEA, 2004.

UN COHERENCE & YOU, 2010 S.D. Disponível em: <https://www.unicef.org/unreform/Handy_Guide_FINAL.pdf>. Último acesso em: 31/10/2017.

UN WOMEN. **Global Database on Violence against Women**. Rwanda. Disponível em: <<http://evaw-global-database.unwomen.org/en/countries/africa/rwanda#1>>. Último acesso em: 23/10/2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Rwanda**. Disponível em: <<http://www.unrwanda.org/>>. Último acesso em: 07/10/2017.

UNITED NATIONS RWANDA. **Gender Equality**. Disponível em: <<http://www.rw.one.un.org/mdg/mdg3>>. Último acesso em: 17/10/2017.

USAID. Gender Analyses. 20??

USAID/Rwanda. **Rwanda Demographic and Health Survey: 2000 - 2010**. Ministry of Health, Kigali, 2010.

WALKER-KELEHER, Jessica. **Reconceptualising the Relationship between Conflict and Education**: the Case of Rwanda, 2006.

WOMEN IN POLITICS, 2015 s.d. Disponível em: <
<https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2016-07/women-in-politics-2015>>. Último acesso em: 31/10/2017.

WOMEN'S COMMISSION FOR REFUGEE WOMEN AND CHILDREN. **Rwanda's Women and Children: The Long Road to Reconciliation**. New York: Women's Commission. S.d.

WOMAN IN POLITICS, 2015. S.d. Disponível em: <
<https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2016-07/women-in-politics-2015>>. Último acesso em 31/10/2017

WORLD BANK GRUPE. Disponível em: <
<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx>>. Último acesso em: 22/08/2017.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2015**. Disponível em:<
<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2015/economies/#economy=RWA> >. Último acesso em: 23/10/2017.

WORONIUK s.d. apud PERDIGÃO, Ana R. R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz**. O caso do Afeganistão, 2012.